



Pedro Beja Aguiar

***As Cartas da Guerra*, de António Lobo Antunes:**

Memória, História, Laboratório de escrita

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Alexandre Montaury Baptista Coutinho

Coorientadora: Profa. Lara Nogueira da Silva Leal

Rio de Janeiro

Abril de 2017



PEDRO BEJA AGUIAR

***As Cartas da Guerra*, de António Lobo Antunes:
memória, história, laboratório de escrita**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Alexandre Montaury Baptista Coutinho

Orientador

Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Lara Nogueira da Silva Leal

Coorientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Izabel Margato

Departamento de Letras – PUC-Rio

Prof. Fernando Rabossi

UFRJ

Profa. Monah Winograd

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2017.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Pedro Beja Aguiar

Graduou-se em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH-UFRJ) em 2014. Publicou, em 2015, o livro *Esse ofício da ficção. Absurdo, labirinto e angústia na prosa de Jorge Luis Borges*, pela editora Multifoco. É um dos administradores do site *Nossas Áfricas - Aproximando culturas*, voltado para promoção do ensino de História da África e cultura afro-brasileira.

Ficha Catalográfica

Aguiar, Pedro Beja

As Cartas da Guerra, de António Lobo Antunes : memória, história, laboratório de escrita / Pedro Beja Aguiar ; orientador: Alexandre Montauray Baptista Coutinho ; co-orientadora: Lara Nogueira da Silva Leal. – 2017.

86 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2017.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. António Lobo Antunes. 3. Guerra colonial em Angola. 4. Cartas da Guerra. 5. Laboratório de escrita. 6. Experiência. I. Coutinho, Alexandre Montauray Baptista. II. Leal, Lara Nogueira da Silva. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. IV. Título.

CDD: 800

Dedico esta Dissertação ao professor Ricardo Benzaquen de Araujo (*in memoriam*) e ao pequeno Antônio da Silva Mello Duarte, quando um ciclo de conhecimento se fecha e outro se abre.

Agradecimentos

Ao meu orientador Alexandre Montaury, pela sensibilidade e carinho durante a orientação. Mais do que um orientador, um grande amigo. Seu afeto e sua generosidade foram imprescindíveis para a conclusão desta etapa do meu processo de formação.

À minha coorientadora Lara Leal, pelas inúmeras conversas antes, durante e depois das aulas. Cada livro indicado, cada apertão de orelha, cada conselho dado, não teve preço. Espero poder compartilhar ainda muitas conversas e pesquisas.

Às professoras Eneida Leal Cunha e Izabel Margato, com as quais tive a honra de compartilhar ótimos momentos de discussão em suas respectivas disciplinas. Foi um grande privilégio conversar e debater temas e ideias com estas duas grandes professoras.

À secretaria do Departamento de Letras da PUC-Rio, em especial Rodrigo Santana Pinheiro e Daniele de Oliveira Cruz, salvadores em inúmeros momentos.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais todo este processo não poderia ter sido realizado.

A todos os amigos que a PUC-Rio me proporcionou, com um carinho especial à Akemi Aoki, Luca Fazzini e Maria Lúcia Cunha.

Aos meus pais, por tudo. Aos meus tios, em especial Marco Antonio de Assis Beja, pela revisão atenta e cuidadosa.

À minha paixão, Anne Chalão Lucchesi, que suportou o meu mau humor e a distância durante todo o Mestrado. Minha eterna gratidão e compreensão. Ao final, terá valido a pena. Espero...

Ao meu maravilhoso cunhado, Tony Lucchesi, que trouxe de Portugal, junto com o incrível Alexandre Queiroz, os livros mais importantes da minha bibliografia. Gratidão eterna!

Aos professores que aceitaram participar da Comissão examinadora.

Resumo

Aguiar, Pedro Beja; Coutinho, Alexandre Montauray Baptista (Orientador); Leal, Lara Nogueira da Silva (Coorientadora). **As Cartas da Guerra, de António Lobo Antunes: memória, história, laboratório de escrita.** Rio de Janeiro, 2017. 86p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação se organiza em torno da leitura e da análise de um conjunto de cartas escritas por António Lobo Antunes durante a sua permanência em missão militar, entre os anos de 1971 e 1973, na guerra colonial portuguesa em Angola. Reunidas, organizadas e editadas pelas filhas do autor, Maria José e Joana Lobo Antunes, no volume *D'este viver aqui neste papel descripto. Cartas da Guerra* (2005), essas cartas expõem um olhar particular sobre a guerra colonial, conjugando relatos de acontecimentos e situações de guerra, com paisagens e personagens marcadas pelo medo e pela angústia. Nestes papéis, o registro pessoal das condições específicas que se colocam entre o autor e a sua companheira, destinatária de todas as cartas reunidas, permite observar também a sua experiência na guerra a partir da formação de redes de sociabilidade e vivências afetivas, construídas com angolanos ou com camaradas da Comissão. Esta experiência de António Lobo Antunes em Angola, segundo as cartas examinadas, inclui ainda uma dedicação intensa à leitura e à escrita de poemas, cartas e romances, que ajudam a descrever um quadro dissonante, alternativo, que contrasta com a produção discursiva oficial associada às operações militares portuguesas na África. Desta forma, a dissertação se propõe a examinar procedimentos e formas de enunciação de uma escrita que condensa não apenas a experiência subjetiva do cotidiano da guerra, como também registra (e revela) a situação de exceção vivida como aprendizagem, como um laboratório de formação e de transformação a partir do exercício diário de escrita.

Palavras-chave

António Lobo Antunes; Guerra colonial em Angola; Cartas da Guerra; Laboratório de escrita; Experiência.

Résumé

Aguiar, Pedro Beja; Coutinho, Alexandre Montaury Baptista (Directeur); Leal, Lara Nogueira da Silva (Co-directrice). **Les *Lettres de Guerre*, de António Lobo Antunes: la mémoire, l'histoire, laboratoire d'écriture.** Rio de Janeiro, 2017. 86p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Cet mémoire est organisé autour de la lecture et l'analyse d'un ensemble de lettres écrites par António Lobo Antunes pendant son séjour à la mission militaire, entre les années 1971 et 1973, dans la guerre coloniale portugaise en Angola. Réunis, organisé et édité par les filles de l'auteur, Maria José et Joana Lobo Antunes, dans le volume *D'este viver aqui neste papel descripto. Cartas da Guerra* (2005), ces lettres expose un regard particulière de la guerre coloniale, en combinant les rapports d'événements et de situations de guerre, des paysages et des personnages marqués par la peur et l'angoisse. Dans ces rôles, le dossier personnel des conditions spécifiques qui se posent entre l'auteur et son épouse, adressé toutes les lettres recueillies, permet de noter également son expérience dans la guerre de la formation de réseaux sociaux et d'expériences affectives, construit avec des Angolais ou avec des camarades de la Commission. Cette expérience de António Lobo Antunes en Angola, selon les lettres examinées, comprend également un dévouement intense à lire et à écrire des poèmes, des lettres et des romans, qui aident à décrire un cadre alternatif, dissonante, qui contraste avec la production de discours officiel associé à opérations militaires portugaise en Afrique. Ainsi, le mémoire vise à examiner les procédures et les formes d'énonciation d'une écriture qui se condense non seulement l'expérience subjective de la guerre tous les jours, ainsi que les dossiers (et révèle) la situation exceptionnelle vécue comme un apprentissage, comme un laboratoire de formation et transformation de l'exercice d'écriture quotidienne.

Mots Clefs

António Lobo Antunes; Guerre coloniale en Angola; Lettres de Guerre; Laboratoire d'écriture; Expérience.

Sumário

Introdução	10
1. História, Memória e Ficção. Uma perspectiva da historiografia sobre a Guerra Colonial em Angola	17
1.1. Do “país da não inscrição” ao “vácuo historiográfico”	19
1.2. A escrita da história e a escrita memorialística	27
1.3. A especificidade do gênero epistolar	33
2. A guerra colonial nas <i>Cartas da Guerra</i> de António Lobo Antunes	41
2.1. A comissão e o CART 3313	43
2.2. O tempo da comissão e o tempo da escrita	49
2.3. O desconforto com a guerra e a tensão do ataque iminente	53
2.4. As redes de sociabilidade: os amigos António Catolo e o capitão Ernesto Melo Antunes	62
3. António Lobo Antunes: o “último leitor” da Guerra Colonial	66
3.1. O “último leitor” e a personificação narrativa nas cartas	66
Notas Finais	75
Referências Bibliográficas	78
Anexo	86

— *Se eu quisesse, enlouquecia. Sei uma quantidade de histórias terríveis. Vi muita coisa, contaram-me casos extraordinários, eu próprio... Enfim, às vezes já não consigo arrumar tudo isso. Porque, sabe?, acorda-se às quatro da manhã num quarto vazio, acende-se um cigarro... Está a ver? A pequena luz do fósforo levanta de repente a massa das sombras, a camisa caída sobre a cadeira ganha um volume impossível, a nossa vida... compreende?... a nossa vida, a vida inteira, está ali como... como um acontecimento excessivo...*

Herberto Helder, *Os passos em volta*.

Introdução

É como se as cartas fossem um grito e os livros um comentário a esse grito.

António Lobo Antunes

António Lobo Antunes inicia a escrita das cartas no dia 7 de Janeiro de 1971, no dia seguinte a sua partida de Lisboa em direção a Luanda, a bordo do paquete “Vera Cruz”. A intensa produção das cartas será interrompida apenas na ida de férias a Lisboa (por 35 dias em Setembro de 1971) e quando da ida da companheira e da filha para Angola (momento em que é transferido para o distrito de Marimba em Abril de 1972), sendo retomada no período em que a companheira é internada em Luanda com hepatite entre Agosto de 1972 e Janeiro de 1973. A última carta data de 30 de Janeiro de 1973, quando a companheira tem alta e regressa à Marimba para junto de António, voltando todos para Lisboa em Março de 1973.

Em suas cartas, o jovem de 28 anos é capaz de revelar uma série de perplexidades que funcionam como marcadores da singularidade de sua experiência e da paisagem angolana, tornada única aos olhos do escritor que se tornou. São muitas as considerações subjetivas sobre a guerra que, condensadas na escrita, fixam não apenas a sua experiência no cotidiano do conflito, como também registros da situação de exceção como aprendizagem, formação e transformação do jovem. A presença de referências a um determinado período histórico e a constante procura de recursos literários permitem, neste caso, situar o espaço epistolar como espaço narrativo, onde se evidencia um olhar particular sobre a guerra e sobre Portugal. A experiência narrada expõe uma personificação narrativa que se assemelha à do autor, ao inscrever nos textos e, posteriormente, nas obras, os valores e sentimentos revistos na guerra.

As cartas, que só vieram a público após a morte da companheira Maria José, numa publicação organizada pelas filhas do casal,¹ não se esgotam como

¹ Todo pesquisador que se dedica a trabalhar o objeto *carta* como fonte principal esbarra na dificuldade de analisar um objeto de pesquisa que é naturalmente disperso e fragmentado entre arquivos de pesquisa e espólios familiares. Esta dificuldade ganha novos contornos nesta

cartas de amor, alimentadas por uma intensa paixão, pela saudade e pelo desejo de afirmar sempre que “ainda estou vivo”²; e nem como documentos que falam sobre a guerra, que registram um período violento da história de Portugal e de Angola, onde o espaço de escrita permite que se embaralhe o real e a ficção. Tais cartas apresentam também um universo de relações do autor e a extrema atenção que presta a todos aqueles com quem se relacionava e com quem continua a se relacionar através da escrita dos aerogramas.

Este trabalho parte da premissa de que a leitura que o jovem António Lobo Antunes é capaz de realizar acerca de sua experiência na guerra colonial em Angola revigora, de certa forma, a sua situação de angústia e solidão; fornece um caráter libertador que rompe com alguns silêncios presentes no discurso do Estado colonial português.

As cartas aqui examinadas ainda não foram suficientemente exploradas pela historiografia portuguesa, embora pareçam ser importantes fontes sobre a guerra colonial em Angola. Nos últimos dez anos, o volume *D’este viver aqui neste papel descripto. Cartas da Guerra* (2005) tem sido objeto de escassas, mas importantes, pesquisas acadêmicas no Brasil e em Portugal. Pode-se destacar a tese de doutorado de Norberto do Vale Cardoso³, defendida na Universidade do Minho, em Portugal. Com o título *A Mão-de-Judas: Representações da Guerra Colonial em António Lobo Antunes* (2009), o autor analisa os primeiros romances de Lobo Antunes (*Memória de Elefante* e *Os Cus de Judas*, de 1979, *Conhecimento do Inferno*, de 1980, e *Fado Alexandrino*, de 1983) à luz do tema que os atravessa: a guerra colonial. Deste *topoi*, que Cardoso afirma ser o ponto de partida do escritor para se construir uma visão de mundo – “mesmo em romances que não tratam a guerra” (CARDOSO, 2009:6) –, o pesquisador vai às

Dissertação, pois o conjunto de cartas em análise já sofreu uma intervenção, a edição por terceiros na sua organização. Ao acessarmos apenas um dos lados da correspondência, ficamos limitados a conhecer apenas uma das vozes em diálogo. Contudo, o desafio não ganha uma dimensão de impossibilidade para a pesquisa, visto que procuramos analisar a escrita epistolar de António Lobo Antunes como um laboratório de (trans)formação.

² Ver a entrevista “Emissário de um rei desconhecido”, concedida pelo escritor António Lobo Antunes ao jornalista Rodrigues da Silva no *Jornal de Letras* do dia 25 de Outubro de 2006. Disponível em: <http://antonioloboantunesnaweb.blogspot.com.br/2006/11/emissario-de-um-rei-desconhecido.html>

³ CARDOSO, Norberto do Vale. *A Mão-de-Judas: Representações da Guerra Colonial em António Lobo Antunes*. Tese de Doutorado em Ciências da Literatura (ramo de conhecimento em Literatura Portuguesa). Universidade do Minho, Setembro, 2009.

cartas da guerra de António Lobo Antunes para lê-las como “proto-romances”⁴, um espaço autobiográfico em que o escritor ensaiou temas, paisagens e descrições que seriam aproveitadas em romances posteriores.

Também em Portugal, outra importante pesquisa resultou na tese de doutorado da antropóloga Maria José Lobo Antunes⁵, filha de António Lobo Antunes e uma das organizadoras do volume *Cartas da Guerra* (2005). A tese de Maria José foi defendida na Universidade Nova de Lisboa e publicada⁶ com o título *Regressos quase perfeitos. Memórias da Guerra em Angola* (2015). Esta pesquisa, classificada pela antropóloga como uma “etnografia da memória sobre a guerra colonial” (ANTUNES, 2015:23), não buscou estudar a guerra em sua imensa complexidade, mas procurou construir um olhar diferente para o contexto: “um olhar que reduzia a observação e a análise a uma pequena parte do todo: a Companhia de Artilharia 3313, uma das três companhias operacionais do Batalhão de Artilharia 3835” (ANTUNES, 2015:23-24). Procurando compreender as múltiplas formas pelas quais a guerra colonial em Angola se inscreveu nas vidas e nas memórias dos indivíduos, Maria José Lobo Antunes entrevistou 31 dos antigos militares sobreviventes da Companhia de Artilharia 3313 (CART 3313) e comparou os seus relatos com outras narrativas públicas e privadas sobre a guerra: as cartas da guerra do pai, a sua obra literária, os documentos oficiais do Arquivo Histórico Militar, considerando principalmente o registro institucional da “História da Unidade BART 3835” e as práticas públicas, oficiais, do Estado Novo no âmbito da guerra colonial em Angola.

É importante lembrar que, no campo audiovisual, as cartas de Lobo Antunes mereceram, em 2016, adaptação para o cinema pelo cineasta Ivo M.

⁴ A guerra colonial e a obra literária de António Lobo Antunes já foram tema de pesquisa do professor Norberto do Vale Cardoso em trabalhos anteriores. Na dissertação de mestrado *Autognose e (des)memória: Guerra Colonial e Identidade Nacional em Lobo Antunes, Assis Pacheco e Manuel Alegre* (2004), realizada também na Universidade do Minho, Cardoso procurou compreender “o (estranho) apagamento da guerra colonial da nossa arena social. Na busca de respostas, propusemo-nos compreender se a literatura representa (e de que forma o faz) um tema que, a nível social, tem sido censurado, procurando, também, entender se há, entre este tema e a nossa identidade nacional, alguma relação” (CARDOSO, 2004:1).

⁵ Conferir em: “Sobre o percurso deste livro”. In: ANTUNES, Maria José Lobo. *Regressos quase perfeitos. Memórias da Guerra em Angola*. Lisboa: Tinta-da-China, 2015, p. 385.

⁶ ANTUNES, Maria José Lobo. *Regressos quase perfeitos. Memórias da Guerra em Angola*. Lisboa: Tinta-da-China, 2015.

Ferreira, sob o título “Cartas da Guerra”⁷. Como o realizador comenta, em entrevista realizada para divulgação do filme,

tinha vontade de trabalhar a matéria da Guerra Colonial. Só não sabia como, ou se isso alguma vez aconteceria. Um dia, cheguei de viagem e, quando entrei em casa, ouvi a minha mulher a ler as Cartas da Guerra de António Lobo Antunes, para a sua barriga, onde ainda estava o meu filho Martim. Gosto de contadores de histórias e pensei que era uma história magnífica para contar e filmar: um amor arrebatador, do qual nasce um fruto – uma gravidez –, brutalmente interrompido em 1971 por um Estado que empurrava maridos e filhos para uma guerra, na qual (quase) ninguém acreditava.⁸

No Brasil, é possível destacar duas pesquisas que trabalharam com as *Cartas da Guerra* como fonte principal: a tese de doutorado *António Lobo Antunes: leitor* (2013), de Glaura Aparecida Siqueira Cardoso Vale⁹, que analisou “a cena da leitura e da escrita em António Lobo Antunes partindo da análise das cartas de guerra, das crônicas e de episódios dos três romances que compõem a guinada autobiográfica, *Memória de elefante* (1979), *Os cus de Judas* (1979), *Conhecimento do inferno* (1980)” (VALE, 2013:9) e a dissertação de mestrado “A escrita epistolar e autobiográfica na obra *D’Este viver aqui neste papel descripto: Cartas da Guerra*, de António Lobo Antunes” (2013), de Erivelto da Silva Reis¹⁰, que estabeleceu um “protocolo de leitura e análise de algumas cartas a partir das reflexões críticas presentes nas obras de Philippe Lejeune, Elizabeth Muylaert Duque-Estrada e Maria Alzira Seixo”, para demonstrar “como a experiência real do exílio e o horror da guerra encontram ecos na obra antuniana” (REIS, 2013:10).

⁷ CARTAS DA GUERRA. Direção: Ivo M. Pereira, Produção e Distribuição: O Som e a Fúria. Lisboa (Portugal): O Som e a Fúria, 2016. Sinopse: “1971. António vê a sua vida brutalmente interrompida quando é incorporado no exército português, para servir como médico numa das piores zonas da Guerra Colonial - o Leste de Angola. Longe de tudo que ama, escreve cartas à mulher à medida que se afunda num cenário de crescente violência. Enquanto percorre diversos aquartelamentos, apaixonou-se por África e amadurece politicamente. A seu lado, uma geração desespera pelo regresso. Na incerteza dos acontecimentos de guerra, apenas as cartas o podem fazer sobreviver”. Disponível em: <http://osomeafuria.com/films/3/70/>.

⁸ Entrevista concedida ao jornalista Francisco Valente em Janeiro de 2016. Disponível em: http://img.rtp.pt/icm/antena1/docs/80/8065e3511832d8964c935b776d8c5941_d139a9aa89c1d5681ccb6c38541abf01.pdf.

⁹ VALE, Glaura Aparecida Siqueira Cardoso. *António Lobo Antunes: leitor*. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

¹⁰ REIS, Erivelto da Silva. *A escrita epistolar e autobiográfica na obra D’Este viver aqui neste papel descripto: Cartas da Guerra, de António Lobo Antunes*. Dissertação de Mestrado em Literatura Portuguesa Contemporânea – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

Na presente dissertação, parto da interpretação de que a escrita das cartas é, ao mesmo tempo, um ato de leitura do mundo que articula a imaginação e a experiência imediata. As cartas analisadas funcionam como construção (em forma de aprendizado) de um discurso específico sobre a singular participação em uma guerra deflagrada em território estrangeiro, sobre a distância de Lisboa, da família e principalmente da sua companheira, com quem o autor se casara há pouco tempo e com quem esperava a chegada do primeiro filho. São registros pessoais e instantâneos do contexto vivido pelo jovem médico, que foram postados para Lisboa, acompanhados por comentários do que via e do que lia durante a sua permanência em abrigos militares em Angola.

Sem a possibilidade de relatar tudo aquilo que observava – “O que eu te poderia contar disto tudo! O que tem acontecido por aqui! Como isto é diferente do que por aí se imagina!”¹¹ –, as cartas evidenciam uma escrita íntima, em que a superfície do texto funciona como uma cifra da mensagem original. É precisamente nesta cifra, nas condensações que o gênero epistolar proporciona ao jovem médico português, que hoje podemos conhecer o seu cotidiano na guerra colonial portuguesa em Angola.

Apresentaremos os resultados da leitura e da análise do conjunto de cartas, organizados em três capítulos.

No primeiro capítulo, “História, Memória e Ficção. Uma perspectiva da historiografia sobre a Guerra Colonial em Angola” procuramos apresentar uma perspectiva da cronologia portuguesa no século XX, considerando, sobretudo, a questão da historiografia dedicada à etapa final da presença portuguesa no continente africano, a fim de esclarecer o que foi nomeado como o “vácuo historiográfico” relativo à Guerra Colonial e à descolonização de Angola. Esta lacuna da produção historiográfica portuguesa está associada, na nossa percepção, não apenas à concepção de Portugal como um “país da não inscrição”, como classificou o filósofo José Gil no livro de ensaios *Portugal, medo de existir* (2004), mas, sobretudo, à violência social e epistêmica levada a cabo pelo sistema colonial português. Com base na observação deste lapso de parte da historiografia portuguesa, buscaremos, ainda neste capítulo, formular uma distinção entre

¹¹ LOBO ANTUNES, António. *D’Este viver aqui neste papel descripto. Cartas da Guerra*. Lisboa: Printer Portuguesa, 2005, p. 177.

narrativa histórica, que tem a função de narrar e transformar indícios do passado em materiais organizados intersubjetivamente, e a narrativa memorialística, tomando como ponto de partida os apontamentos do historiador português Fernando Tavares Pimenta sobre a elevação da literatura de caráter memorialista ao estatuto de “história semi-oficial”, nas décadas de 1970 e 1980.

No segundo capítulo, “A guerra colonial nas cartas de António Lobo Antunes”, apresentaremos uma análise das *Cartas da Guerra*, de António Lobo Antunes, tomando-as como fontes históricas que permitem interrogar diretamente uma parte do discurso oficial construído em torno da experiência colonial portuguesa em Angola. O jovem autor das cartas articula, no espaço epistolar, impressões e registros sistematicamente rasurados na coesa narrativa dos aparelhos de comunicação do Estado, compondo, assim, um quadro dissonante. Como parte deste quadro alternativo, podemos destacar registros referentes: a) às oscilações entre a consciência do tempo da comissão e o tempo da escrita nas cartas; b) ao medo permanente de sofrer ataques dos “terroristas”; c) ao sucateamento da infraestrutura militar portuguesa; d) às redes de sociabilidade estabelecidas com os soldados portugueses e e) às situações violentas, as paisagens e personagens da guerra.

No terceiro e último capítulo, “António Lobo Antunes: o ‘último leitor’ da Guerra Colonial”, buscaremos situar o jovem médico português como um “último leitor”¹², na definição do crítico literário argentino Ricardo Piglia (2006). Imerso na solidão e na distância que a guerra proporciona, António Lobo Antunes parece identificar, no cotidiano de leitura e de correspondência com a sua companheira, instantes de refúgio e de evasão que permitiram uma nova inscrição da sua experiência no real. Esta nova inscrição, dentro do contexto múltiplo e anônimo que é a guerra, na concepção de Piglia, faria do jovem António que escreve as cartas uma *personificação narrativa* do António leitor real; ou seja, ao escrever sobre si e sobre a sua experiência, António se torna leitor de si mesmo, tornando-se visível para a sua companheira. Ao assumir a distância existente entre a personagem protagonista, narrador das cartas, para construir uma metáfora de si mesmo, Lobo Antunes se transforma na própria obra, deslocando-se para a enunciação e materializando-se como relato. Neste sentido é que se tornaria

¹² PIGLIA, Ricardo. *O último leitor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

possível aproximar o António Lobo Antunes personificado nas cartas à figura do “último leitor” da guerra colonial.

História, Memória e Ficção. Uma perspectiva da historiografia sobre a guerra colonial em Angola

O silêncio é fala.

Manuel Rui

Neste capítulo inicial da dissertação, propomos traçar uma perspectiva preliminar da historiografia portuguesa sobre o século XX, especialmente aquela dedicada ao estudo da etapa final da presença portuguesa no continente africano, a fim de delimitar o que foi nomeado como “vácuo historiográfico”¹³ em relação à Guerra Colonial e à descolonização de Angola. Desde já salientamos que não é nosso objetivo fazer aqui uma reconstituição exaustiva dos estudos sobre o colonialismo e seus legados, mas sim uma seleção provisória de trabalhos que julgamos mais relevantes para pavimentar a nossa abordagem. Em seguida, faremos uma distinção entre a narrativa histórica, que tem a função de narrar e transformar os indícios do passado em materiais organizados intersubjetivamente (restos do passado que se transformam em rastros no presente), e a narrativa memorialística, que “inclui fundamentalmente as memórias, as autobiografias, certas correspondências e os diários” (MATHIAS, 1997:41), buscando apontar que um dos fatores que dificultou a emergência de uma historiografia portuguesa das décadas de 1980 e 1990 foi a elevação de uma literatura memorialista ao estatuto de “história semi-oficial” (PIMENTA, 2010:146). Na parte final do capítulo, situaremos as cartas de António Lobo Antunes, o contexto de sua publicação e as especificidades do gênero epistolar.

Este capítulo foi dividido em três partes. Na primeira, trata-se de pensar e problematizar as lacunas da produção historiográfica portuguesa relativa à Guerra

¹³ Essa expressão, que corresponde às expressões “vazio historiográfico” ou “hiato historiográfico”, foi utilizada por Pimenta (2010), Ribeiro (2004), Sanches (2011) e Vecchi (2010), para se referirem a uma lacuna da historiografia colonial e pós-colonial portuguesa frente à censura do regime e às dificuldades de acesso a documentos oficiais. De acordo com o historiador Fernando Tavares Pimenta, “a historiografia colonial portuguesa teve um aparecimento tardio e não completamente emancipado da esfera política”. Disponível em: PIMENTA, Fernando Tavares. “Perspectivas da Historiografia Colonial Portuguesa (Século XX)”. *Outros combates pela história*. Coimbra, 2010, p. 143.

Colonial portuguesa empreendida em espaços africanos, a partir da noção de que alguns silêncios – extremamente eloquentes – derivam não apenas da reflexão de que “nada se inscreve” (GIL, 2004:15) em Portugal depois do evento do salazarismo, como também das formas sociais e simbólicas violentas impostas pelo sistema colonial e do “rígido controlo político e cultural exercido [...] sobre as Universidades” (PIMENTA, 2010:143). Entendemos que, para melhor compreendermos o “vácuo historiográfico” e a forma como a “narrativa de guerra”¹⁴ se inscreveu, ocupando um espaço de ausência de uma história científica, faz-se necessário apresentar: 1) o conceito de “país da não-inscrição”, proposto pelo filósofo José Gil (2004); 2) a guerra colonial como “evento final de uma errância colonial complexa e marcada por factos específicos, que não teve (ainda ou para sempre) inscrição” (VECCHI, 2013:20); e 3) o silêncio e/ou a pouco produtiva investigação histórica no período posterior à revolução de 25 de Abril de 1974. Com o delineamento deste quadro, buscamos verificar que a narrativa histórica, pautada pelos métodos específicos de análise de fontes documentais, ficou em suspenso em face dos mitos erguidos pela história oficial portuguesa. Em contrapartida, a literatura, através da verossimilhança, conseguiu interrogar as memórias oficiais e denunciar o “perigo da história única”¹⁵, nas palavras da escritora nigeriana Chimamanda Adichie, em sua conferência ao TEDTalks, em 2009.

Após estabelecermos este panorama historiográfico, partiremos para a segunda seção do capítulo, na qual distinguiremos a escrita da história da escrita memorialística para pensar a tendência historiográfica portuguesa nos anos iniciais do regime democrático, ou seja, a de atribuir, às fontes históricas, a condição de livros de história, “de modo que temos uma história colonial escrita em larga medida pelos agentes dessa mesma história” (PIMENTA, 2010:146). Esta elevação de estatuto, a princípio positivo num período de escassez de produção científica, acaba por criar novas lacunas históricas, pois tais documentos são narrativas particulares, memórias individuais que não foram postas em

¹⁴ Essa expressão é utilizada por Margarida Calafate Ribeiro (2004) para pensar as diferentes vertentes da literatura (texto-testemunho e texto-consequência) que se formam a partir da experiência com a guerra. Conferir em: RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento, 2004, p. 256;

¹⁵ A conferência da escritora nigeriana está disponível por escrito: <https://papodehomem.com.br/o-perigo-de-uma-unica-historia/>; e em vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8>.

perspectiva com outras fontes. A partir desta preocupação metodológica, na parte final do capítulo, iremos verificar as especificidades do discurso epistolar dentro do cotidiano da Guerra Colonial e a forma como as cartas de António Lobo Antunes compõem um conjunto de documentos históricos que, como um “primeiro testemunho empírico da decadência de um tempo e de um país” (CARDOSO, 2007:5), reconstitui um quadro ainda não totalmente dominado pela historiografia oficial.

1.1

Do “país da não-inscrição” ao “vácuo historiográfico”

Quando o luto não vem inscrever no real a perda de um laço afetivo (de uma força), o morto e a morte virão assombrar os vivos sem descanso.

José Gil, *Portugal Hoje: O Medo de Existir*

No mesmo ano em que Portugal sediou o maior campeonato europeu de futebol, a Eurocopa, e viveu os climas de euforia, com a “paranoia da bandeira”¹⁶, e de desilusão, com a derrota na final para a seleção da Grécia, o filósofo e ensaísta português José Gil publicou a obra *Portugal Hoje: O Medo de Existir* (2004), livro de ensaios marcante no âmbito dos estudos das “mentalidades”¹⁷ portuguesas, em que o autor buscou refletir sobre o estado de passividade do povo português frente a seu tempo e às origens dos bloqueios ao desenvolvimento geral do país, que impediam a libertação da consciência portuguesa e dos comportamentos cívicos comuns há muito tempo enraizados.

¹⁶ Com o início do Euro 2004 em Portugal e as progressivas vitórias da seleção anfitriã, uma avalanche de bandeiras do país passou a colorir “carros, janelas e varandas” – como informa o jornalista Adelino Gomes em reportagem ao jornal Público no dia 10 de Junho de 2004 –, construindo uma paranoia nacionalista, como o filósofo José Gil chamou esta euforia dez anos depois. Disponível em: <https://www.publico.pt/2004/06/10/desporto/noticia/febre-nacional-pelo-euro-2004-provoca-corrída-as-bandeiras-de-portugal-1196219>.

¹⁷ O estudo das mentalidades, história das mentalidades ou história das ideias é uma modalidade de prática da historiografia em que os historiadores utilizam como fonte de pesquisa os modos de pensar e sentir dos indivíduos de uma determinada época. Trata-se de um estudo das atitudes e dos comportamentos coletivos, “o lugar de encontro de exigências opostas [...]. Situa-se no ponto de junção do individual e do coletivo, do longo tempo e do quotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral” (LE GOFF, 1990:71). Para uma introdução sobre o tema, conferir: *FEBVRE, Lucien. Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, Lda. 1989.

Estruturada em cinco grandes pilares analíticos: “o país da não-inscrição”; “o espaço não público”; “a economia dos afectos”; “queixume, ressentimento, inveja”; e “trauma, terror e medo”, a obra tem início com uma análise do conceito de *televiver* (viver com a televisão) para explicar a forma como os meios de comunicação influenciaram e influenciam decisivamente na vigência do que o ensaísta classifica como um estado de letargia dos portugueses frente a seu tempo e a sua história. A partir do mote da expressão “É a vida”, utilizada casualmente pelo apresentador José Rodrigues dos Santos ao finalizar o Jornal da Noite, do canal RTP, o ensaísta destaca a maneira como esta expressão trivial ajuda a anestesiar os portugueses frente às atrocidades no mundo. Nas palavras do filósofo:

Depois de assistirmos às notícias sobre raptos, assassinatos, acidentes de viação, mortos palestinianos e israelitas, descobertas de centenas de vítimas taliban asfixiadas em contentores no Afeganistão, surge uma notícia que, como uma luz divina, redime todo o mal espalhado pela Terra: nasceu um bebé panda no Zoo de Pequim! O apresentador sorri largamente, pisca mesmo um olho cúmplice aos telespectadores. Depois das imagens de futebol, remata enfim, com um tom sábio: “É a vida!” (GIL, 2004:7).

Ao observar de maneira mais frontal os sinais inscritos nos meios de comunicação social portugueses, o professor José Gil aponta um carácter normalizador na fala dirigida aos telespectadores, produzindo uma naturalização que limita os atores sociais à ação, a partir do momento em que, de maneira invisível e sub-reptícia, introduz uma segurança falsa, uma realidade confortante que desdramatiza as imagens caóticas do mundo:

‘É a vida’, a nossa, a de todos, aquela que vivemos – e, no entanto, a vida é um espectáculo de imagens a que vós acabais de assistir. De fora, porque ele está fora de nós. Estamos fora da vida, dentro dela: ‘é a vida!...’ É esta mistura confusa de transcendência-imanência da nossa vida que provoca um *nevoeiro no espírito* (GIL, 2004:8, grifo meu).

“É a vida”, no argumento de José Gil, é uma expressão que parece imobilizar os portugueses, conduzindo aparentemente a uma neutralização de quaisquer ações discursivas que se desviem da normalidade, que o ensaísta apresenta como um *nevoeiro no espírito*. Este estado de consciência que é determinado por uma atitude passiva da população portuguesa frente o seu próprio

tempo direciona o país a uma prática de “não inscrição” da sua “história [...] na existência individual, na vida social ou no plano artístico”¹⁸ (GIL, 2004:17).

A origem dessa espécie de “proscrição” ou de “alijamento” experimentados pela sociedade portuguesa remonta à vigência do salazarismo. Não é difícil perceber que ao fomentar o enaltecimento do patriotismo, a “exaltação exacerbada da ‘glória’ do Império” (PIMENTA, 2010:143), o salazarismo também levava o país a um branco “psíquico e histórico” (GIL, 2004:16), que está na base de uma prática da “não-inscrição”. Seria neste estado de eterno nevoeiro que os portugueses teriam se habituado a viver desde a vigência daquele regime de exceção:

[...] o Portugal de hoje [2004] prolonga o antigo regime. A não-inscrição não data de agora, é um velho hábito que vem sobretudo da recusa imposta ao indivíduo de se inscrever. Porque inscrever implica, ação, afirmação, decisão [...] (GIL, 2004:17).

O ato de inscrição (social, cultural e histórico) demanda “ação, afirmação e decisão”, atitudes com as quais o indivíduo encontra o sentido de sua vida. Em perspectiva mais ampla, seria possível pensar que o aparecimento tardio de uma leitura crítica das estruturas ideológicas do Estado Novo, poderia estar vinculado à imobilidade que José Gil busca apontar. Uma tomada de consciência funcionaria como um acontecimento que implica correr riscos, posicionar-se contra ou a favor de alguém e/ou de uma opinião, ou seja, conquistar autonomia significaria assumir a possibilidade trágica da vida. Em relação à guerra colonial e à descolonização do continente africano, a literatura portuguesa sofreu, nos anos imediatamente posteriores a 1974-1975,¹⁹ um *déficit* ainda maior, para não dizer uma “paralisia” (LOURENÇO, 1994:292).

¹⁸ Para demonstrar o argumento de que “nada se inscreve” em Portugal, José Gil argumenta que os estudos mais sólidos e com maior tradição em Portugal são os que se referem ao passado histórico: “[...] numa vontade desesperada de inscrever, de registrar para dar consistência ao que tende incessantemente a desvanecer-se” (GIL, 2004: 15). Esta afirmação é reafirmada por Fernando Tavares Pimenta em artigo de 2010: “O Estado Novo privilegiou o estudo do período das grandes descobertas marítimas portuguesas nos séculos XV e XVI, mas nunca apostou seriamente na promoção de uma autêntica historiografia colonial, pelo menos no que diz respeito à época contemporânea” (PIMENTA, 2010:143).

¹⁹ Maria Alzira Seixo (1984) reflete sobre a produção literária portuguesa levada a cabo nos anos após o 25 de Abril, levantando uma questão importante: “onde estão as obras que se encontravam na gaveta aguardando a publicação que a censura impedia?” (SEIXO, 1984:30-31). A professora chega à conclusão que essa era, no fundo, uma questão sem sentido, pois se os “ímpetos de escrita

Durante muitos anos recaiu sobre a guerra colonial um silêncio historiográfico motivado pelas feridas ainda abertas que a guerra proporcionou, na medida em que, como aponta Roberto Vecchi, “o que não se inscreveu [da guerra] foram as perdas, (não já das colônias) mas sim as mutilações e cicatrizes – os traumas-efetivos e não só figurais que a essa guerra se associaram” (VECCHI, 2013:20). Os soldados que foram à guerra e retornaram, e suas famílias que ficaram em Portugal, não tiveram espaço nos planos social e simbólico para refletirem sobre o evento e buscar respostas, desde uma “denegação da guerra colonial enquanto evento ou facto que pode polarizar a memória” (VECCHI, 2013:20), até uma questão traumática para os familiares.

A solução que, aparentemente, se apresentava para resolver a persistência na prática de imobilidade portuguesa foi o evento das transformações desencadeadas pelo 25 de Abril, que iniciou um “processo complexo de luta” (GIL, 2004:17) contra a não-inscrição. Como era necessário e imprescindível fazer com que a sociedade modificasse valores e costumes e, ao mesmo tempo, passasse a ter desejo de inscrever e de pensar a sua história e o seu tempo de forma mais precisa e crítica, a transição para a democracia surgiu como uma possível saída, pelo menos num plano restrito, “com os governos provisórios a tomarem medidas ‘definitivas’, a criarem ‘factos (leis, instituições) irreversíveis” (GIL, 2004:18). No entanto, mesmo depois de anos em um regime democrático, José Gil destaca que a situação continuou igual: a sociedade portuguesa continuava, em 2004, marcada pelo medo:

O 25 de Abril recusou-se, de um modo completamente diferente, a inscrever no real os 48 anos de autoritarismo salazarista. Não houve julgamento de Pides nem de responsáveis do Antigo Regime. Pelo contrário, um imenso perdão recobriu com um véu a realidade repressiva, castradora, humilhante de onde

começaram [...] a multiplicar-se” (SEIXO, 1984:30) um ano após a revolução, dez anos transcorridos não se poderia afirmar que já fossem conhecidas as obras da revolução. A produção literária passa então por três fases, conhecendo, a partir do segundo período dos anos setenta uma “euforia de escrita muito produtiva mas de efeitos inevitavelmente desiguais” (SEIXO, 1984:32). Seguindo esta mesma leitura, o filósofo Eduardo Lourenço, embora tenha olhado o início do processo democrático como “uma boa ocasião para ‘repensar Portugal’, para pôr a nu as raízes de um comportamento coletivo que nos levara, não àquele fim de império, que era inevitável, mas a uma guerra absurda” (LOURENÇO, 2016:11), fala também de uma vivência “onírica” (LOURENÇO, 1994:292) do país no início do processo democrático, manifestada por uma estagnação em termos de produção ficcional durante os dois primeiros anos, chegando a afirmar que a “Revolução [...] estava mais destinada a ser o lugar *vazio* de uma escrita digna desse nome que o seu manancial de sonho” (LOURENÇO, 1994:294).

provínhamos. Como se a exaltação afirmativa da “Revolução” pudesse varrer, de uma penada, esse passado negro. Assim *se obliterou das consciências e da vida a guerra colonial*, as vexações, os crimes, a cultura do medo e da pequenez medíocre que o salazarismo engendrou (GIL, 2004:16, grifo nosso).

Como resultado desta obliteração, surgiu o que o Professor classifica como “vácuo historiográfico”. Ele atribui esse déficit de estudos críticos à carência, nos anos de 1980 e 1990, de um questionamento historiográfico das versões conservadoras sobre a nação e o Império português. A partir do momento em que se compreende que a escrita da história se realiza através de métodos específicos de análise de fontes, colocando-as sempre em perspectiva com outros documentos, não cabe à historiografia reproduzir mitos, dogmas, versões universais sobre um tema.

Nos primeiros anos após o fim da guerra colonial não se realizou “uma autêntica ‘descolonização’ – pelo menos imediata – nos estudos sobre o colonialismo português” (PIMENTA, 2013:198). Principalmente por “factores de ordem política relacionados com a forma como terminou o Império Colonial Português” (PIMENTA, 2010:145), a reação da produção crítica e científica terá custado um pouco mais a aparecer. Como Fernando Tavares Pimenta conclui,

com efeito, a prolongada guerra colonial, o trágico processo de descolonização levado a cabo pelos portugueses em África, as guerras civis que se seguiram em algumas das antigas colónias, enfim toda uma série de motivações políticas não proporcionaram o estabelecimento das condições necessárias para a realização de uma reflexão histórica serena e desapaixonada do fenómeno colonial. O colonialismo português continuou a ser — durante anos — objecto de discussões apaixonadas entre políticos e militares portugueses e africanos. (PIMENTA, 2010:145)

Neste ponto, diante do “vácuo” deixado pelos estudos historiográficos, uma literatura da guerra²⁰ cresceu como um espaço fértil para o debate, onde o texto literário – expressão artística que se materializa como produto possível desta condição histórica de vazio – acabou por desempenhar também a função de questionar os discursos oficiais. “Textos-testemunho” e “textos-consequência” (RIBEIRO, 2004:256) apareceram para preencher esse espaço de inscrição e

²⁰ A expressão “literatura da guerra colonial” ou “narrativas da guerra” é utilizada por Margarida Calafate Ribeiro (2004), Roberto Vecchi (2010) e Fernanda Fátima da Fonseca Santos (2016), para referirem-se “a um tipo de literatura que surge a partir de 1961 em Portugal, no ano que se inicia a guerra colonial em Angola” (SANTOS, 2016:17).

“motiva[ram] a revisitação de um passado ainda muito latente na sociedade portuguesa” (SANTOS, 2016:18). Merecem especial destaque os romances *Memória de elefante* (1979) e *Os Cus de Judas* (1979), de António Lobo Antunes; *Autópsia de um Mar de Ruínas* (1984), de João de Melo; *A Costa dos Murmúrios* (1988), de Lídia Jorge; e *Jornada de África*, de Manuel Alegre (1989).²¹

Apesar das lacunas que ainda permanecem nos estudos históricos sobre a guerra colonial até os dias de hoje,²² podemos constatar, mais recentemente, uma vasta produção historiográfica que tem modificado aos poucos o cenário de escrita sobre o tema. Fruto do esforço pessoal de alguns militares que participaram da guerra, ou de jornalistas que tentaram registrar o cotidiano dos confrontos, há uma significativa transformação na produção analítica sobre a guerra colonial em Angola, a partir do início do século XXI. Vale destacar, neste campo, os trabalhos de Aniceto Afonso²³ e Carlos de Matos Gomes, militares que construíram duas importantes obras – *Guerra Colonial* (2000)²⁴ e *Os Anos da Guerra Colonial (1961-1975)* (2010) – que proporcionaram um salto qualitativo no conhecimento sobre a guerra, em especial no que diz respeito aos aspectos militares. O jornalista e fotógrafo Fernando Farinha²⁵ publicou, com textos de Carlos de Matos Gomes,

²¹ Os cinco livros mencionados, dentre os muitos que poderíamos selecionar, foram todos publicados entre as décadas de 1970 e 1980.

²² “[...] há aspectos da guerra colonial que ainda não foram suficientemente estudados em termos historiográficos. Desde logo, a questão do impacto da guerra no seio das sociedades coloniais de Angola, da Guiné e de Moçambique, nomeadamente entre as minorias brancas e as classes intermédias mestiças e pretas assimiladas. Não há também uma análise da forma como o problema da guerra foi tratado pela imprensa das colónias, o que seria essencial para avaliar o grau de consciência política que as populações coloniais tinham do problema. Outra vertente que está ainda por estudar é a questão da “guerra psicossocial”, uma das principais estratégias desenvolvidas pelos portugueses para subtrair os africanos à influência das guerrilhas nacionalistas. Outro assunto de grande significado é o da cooperação – ou mesmo da colaboração – entre os portugueses e as forças sul africanas e rodesianas no desenvolvimento de uma estratégia regional de luta às guerrilhas nacionalistas africanas na África Austral” (PIMENTA, 2013:196).

²³ Coronel reformado, membro da Comissão Portuguesa de História Militar. Antigo diretor do Arquivo Histórico Militar e Mestre em História Contemporânea Portuguesa. Ver em: http://ultramar.terraweb.biz/06livros_anicetoafonso.htm.

²⁴ Uma das primeiras tentativas de uma análise global sobre a guerra colonial em diferentes aspectos militares e históricos. Vale ressaltar que o livro iniciou a sua publicação em fascículos, entre os anos de 1997 e 1998, encartados no Diário de Notícias. Esta informação está disponível em: TORRALBA, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: Ensaio de História Política e Cultural*. Volume 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 350.

²⁵ Repórter fotográfico que produziu reportagens para a revista “Notícia”, cuja sede era em Luanda, embora também tivesse uma redação em Lisboa e outra em Lourenço Marques (atual Maputo). A informação está disponível em: TORRES, Sílvia Manuela Marques. *Guerra Colonial na revista Notícia: a cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola*. Dissertação de Mestrado em Jornalismo. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Março, 2012.

o livro *Guerra Colonial, um repórter em Angola* (2001) e o acadêmico estrangeiro John P. Cann se dedicou a pensar a forma como o Exército²⁶ português planejou as estratégias da guerra com o livro *Counterinsurgency in Africa. The Portuguese Way of War, 1961-1974* (1997), o que demonstra que parte do “vazio historiográfico” português foi saneada com a publicação de análises de especialistas estrangeiros e de intelectuais portugueses em situação de exílio²⁷.

Duas importantes publicações do final da década de 1990, com preocupações que ultrapassam o aspecto militar, foram *A guerra de África, 1961-1974* (1995),²⁸ de José Freire Antunes, e *Opiniões públicas durante as guerras de África* (1997), de Nuno Mira Vaz. Enquanto o primeiro se dedicou a estudar um grande número de entrevistas e depoimentos orais, elaborando um importante trabalho documental sobre a Guerra Colonial, o segundo, Nuno Vaz, buscou analisar as opiniões públicas durante a guerra. Outros trabalhos com enfoques diferentes sobre a guerra, como *O fim do Império Português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975* (2001), do historiador António Costa Pinto, que “demonstra de forma inequívoca que o Estado Novo cultivou deliberadamente ‘a imagem de uma nação isolada no seu combate pela civilização ocidental em África’” e que fez com que “a guerra colonial portuguesa se tornasse ‘uma guerra discreta no campo internacional’” (RODRIGUES, 2003:874-875). O livro *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)* (2004), da historiadora Dalila Cabrita Mateus, centra-se na análise do papel desempenhado pela polícia política portuguesa na guerra colonial portuguesa nos diversos espaços africanos, a partir dos documentos recém-divulgados da

²⁶ Um dos primeiros documentos oficiais sobre a Guerra Colonial foi a *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África. 1961-1974* (1988), produzida pelo Estado Maior do Exército. Para o historiador Luís Reis Torgal (2009), este documento marca o início do processo de publicações sobre a Guerra Colonial. Atentar para o fato de que estes documentos oficiais foram sendo publicados até 2009 em variados volumes e sobre novas perspectivas sobre a guerra. O primeiro, referente ao ano de 1988, foi um “enquadramento geral” sobre o evento. Sobre Luís Reis Torgal, ver em: TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: Ensaios de História Política e Cultural*. Volume 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 350. Para saber mais sobre os volumes deste documento, o material está disponível em: http://ultramar.terraweb.biz/06livros_estadomaiordoexercito_publicacoes_livros.htm.

²⁷ PIMENTA, Fernando Tavares. “Perspectivas da Historiografia Colonial Portuguesa (Século XX)”. *Outros combates pela história*. Coimbra, 2010, p. 144.

²⁸ Esta obra apareceu para o grande público incluída na coleção “Grandes Temas da Nossa História”, de 1995. Esta informação está disponível em: TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: Ensaios de História Política e Cultural*. Volume 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 350.

PIDE/DGS. No mesmo ano, foi publicado o livro *A Igreja Católica e o Estado Novo em Moçambique: 1960-1974* (2004), de Pedro Ramos Brandão e a importante coleção jornalística “Grandes Operações da Guerra Colonial”²⁹, com textos de Manuel Catarino.

Paralelamente ao aparecimento desta produção de cariz historiográfico, surgiu uma literatura de carácter memorialista – rapidamente transformada em “história semi-oficial” (PIMENTA, 2010:146) –, constituída por anotações pessoais, correspondências de guerra, livros de memórias, testemunhos escritos e imagéticos e coletâneas de documentos publicados por militares, médicos, políticos e administradores portugueses e africanos envolvidos na guerra e no processo de descolonização. Deste conjunto de publicações, destacam-se *Os anos da Guerra, 1961-1975: os portugueses em África: Crónica, ficção e história* (1988)³⁰ e *Guerra Colonial, Fotobiografia* (1990)³¹, do escritor João de Melo; *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português* (1991), de Pedro Pezarat Correia³²; *O regresso das caravelas: memórias das guerras coloniais* (1994), de João Paulo Guerra³³; *A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena* (2002), do general Gonçalves Ribeiro³⁴; e *Quase memórias. Vol.1: Do colonialismo e da descolonização. Vol.2: Da descolonização de cada território em particular* (2006), de António de Almeida Santos³⁵.

Essas obras, claramente “narrativas históricas” sobre a guerra, constituem fontes relevantes para o historiador no processo de reconstituição histórica. No

²⁹ Esta coleção é uma série, de distribuição jornalística, que seguiu à publicação do livro marcante dos historiadores Aniceto Afonso e Carlos Mattos Gomes. Com textos de Manuel Catarino e outros colaboradores, a coleção é composta por 10 livros dedicados ao tema da Guerra Colonial e acessíveis ao grande público. Esta informação está disponível em: TORRALBA, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: Ensaio de História Política e Cultural*. Volume 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 427.

³⁰ MELO, João de. *Os anos da Guerra, 1961-1975: Os portugueses em África: Crónica, ficção e história*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1988.

³¹ MELO, João de. *Guerra Colonial, Fotobiografia*. Lisboa: Círculo de Leitores/Publicações Dom Quixote, 1990.

³² CORREIA, Pedro Pezarat. *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português*. Mem Martins: Inquérito, 1991.

³³ GUERRA, João Paulo. *Memórias das guerras coloniais*. Porto: Afrontamento, 2004.

³⁴ RIBEIRO, Gonçalves. *A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena*. Lisboa: Inquérito, 2002.

³⁵ SANTOS, António de Almeida. *Quase Memórias*. Vol. 1: Do colonialismo e da descolonização. Vol. 2: Da descolonização de cada território em particular. Lisboa: Casa das Letras/Notícias, 2006.

entanto, estas memórias não podem substituir uma análise definida pela base e pelo método científico. Ao veicularem versões pessoais – e, com isso, políticas – da história da Guerra Colonial e da descolonização das ex-colônias portuguesas na África, estas obras direcionam o olhar do leitor para uma visão particular sobre o evento, na medida em que os seus autores foram, ao mesmo tempo, agentes dessa mesma história. Assim, na nossa percepção, antes de serem registros críticos sobre a guerra colonial, estes testemunhos são fontes históricas, e não livros de história. É neste ponto que se torna necessário distinguir as duas formas de escrita: a escrita da história e a escrita memorialística.

1.2.

A escrita da história e a escrita memorialística

Os debates sobre a aproximação e os distanciamentos entre a narrativa histórica, a memória e a narrativa ficcional são tão antigos quanto as diferenças que foram criadas, ao longo do tempo, entre os gêneros artísticos.³⁶ Enquanto a atividade dos historiadores se destaca por identificar indícios do passado³⁷, vigentes no presente, para desnaturalizá-los a partir de procedimentos técnicos, a escrita da memória se caracteriza como uma construção individual sobre uma experiência registrada no tempo. As narrativas dos escritores de ficção não possuem compromissos prévios com a verdade dos fatos, podendo criar situações, imaginar possibilidades ou subverter livremente a cronologia e o encadeamento narrativo.

A distinção preliminar entre as naturezas de discursos literários surge na Grécia clássica, com o aparecimento da própria historiografia, que procura diferenciar-se da poesia. Em seu artigo “A Bela Morte e o Cadáver Ultrajado”, Jean-Pierre Vernant afirma que uma das funções da poesia épica homérica era a de imortalizar a honra heroica por meio da palavra cantada. De acordo com o

³⁶ Cf. LE GOFF, 2003, p. 110.

³⁷ Cf. RICOEUR, 2007, pp. 146-147. Não apenas as fontes primárias possuem lugar de destaque na busca pelos indícios do passado, como também são decisivos os procedimentos metodológicos desenvolvidos e selecionados pelo historiador. Estes se tornam fundamentais, como afirma Paul Ricoeur, pois, das três etapas da operação historiográfica – documental, explicativa e representativa – a fase representativa demanda um recorte teórico, temporal e espacial que necessita de uma narrativa para tornar apresentável o labor efetuado pelo historiador.

historiador italiano Arnaldo Momigliano, de forma semelhante à poesia homérica, o discurso histórico, quando surge na Grécia, no século V a.c., assume a função de “preservar a lembrança do que os homens tinham feito e impedir que as grandes ações dos gregos e dos bárbaros tivessem que renunciar ao tributo de glória que lhes era devido” (MOMIGLIANO, 2004:60). No entanto, os historiadores gregos da Antiguidade, como Heródoto, acreditavam que:

Preservar a tradição era necessário, mas encontrar a verdade a respeito dela era também desejável. Ele [Heródoto] percebeu que os poetas cantavam acontecimentos que nunca tinham acontecido e ele não estava preparado a atribuir a imortalidade ao que nunca tinha ocorrido (MOMIGLIANO, 2004:60).

Subjaz a esta discussão, portanto, uma noção de verdade “factual”, que, embora não estivesse ligada à finalidade da historiografia antiga, torna-se um de seus pressupostos. Na *Poética* (Livro IX), Aristóteles também estabelece uma diferenciação entre a história e a poesia, marcando, entretanto, a superioridade desta última:

A Poesia encerra mais filosofia e elevação do que a História; aquela enuncia fatos gerais; esta relata fatos particulares. Enunciar verdades gerais é dizer que espécie de coisas um indivíduo de natureza tal vem a dizer ou fazer verossímil ou necessariamente. A isso visa a poesia, ainda quando nomeio os personagens. Relatar fatos particulares é contar o que Alcebíades fez ou fizeram a ele (ARISTÓTELES, 2014:28).

É justamente com essa tradição de diferenças entre a ficção, a história e a memória que, dos gregos clássicos até os autores oitocentistas, condicionaram a formação de correntes literárias e intelectuais, como o romantismo europeu, por exemplo. Até mesmo os filósofos críticos da hegemonia do romance, Schopenhauer e Nietzsche, se propuseram a pensar as diferenças entre a escrita da história e a escrita memorialística.³⁸ Entre o cientificismo da História e a criatividade ativada na ficção e na memória, um conjunto de polêmicas reverberou nas sociedades como uma pergunta de fundo: qual o verdadeiro papel das artes e até onde seria possível afirmar uma verdade nos relatos históricos?³⁹

³⁸ REIS, José Carlos. *História da consciência histórica ocidental contemporânea*: Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 177.

³⁹ Cf. AVILA, 2010, p. 153. A dúvida sobre a narrativa histórica, se deveria ou não ser considerada uma narrativa ficcional, se aproxima da afirmação de que a narrativa é para a

Considerando a relação entre história e memória na perspectiva historiográfica, entre os finais do século XIX e a década de 1920, uma primeira geração de historiadores (historicismo)⁴⁰ preocupou-se com a determinação e a legitimação das identidades nacionais⁴¹, sendo o trabalho em torno dos mortos da Grande Guerra uma grande expressão deste esforço.⁴²

Como formas de narrativa, tanto a escrita da história como a escrita da memória se distinguem de outros tipos de discurso sobre o real no que se refere ao tempo. Tanto o discurso histórico quanto o discurso da memória partem de uma mesma condição: registrar e rememorar acontecimentos do passado. No entanto, a história e a memória têm as suas próprias temporalidades, que se cruzam, chocam e entrelaçam. O ato de “presentificar o passado” não nos leva apenas para o fato evocado, interligando palavras e imagens, correlacionando sentidos. Por isso, ao falarmos sobre o passado, nos deparamos com dois tempos distintos: o tempo da memória (do enunciado) e o tempo do processo de enunciação, que é o presente. Como afirma o fotógrafo Robert Frank,

[...] a história e a memória apropriam-se do passado, uma para o analisar, o desmontar, o desmistificar, torná-lo inteligível ao presente, a outra, pelo contrário, para o sacralizar, dar-lhe uma coerência mítica em relação a esse mesmo presente, para ajudar o indivíduo ou o grupo a viver ou a sobreviver. Crítica, a história tem como objectivo a procura da verdade; clínica ou totémica, a função da memória é a construção ou a reconstrução de uma identidade (FRANK, 1992).

operação historiográfica um mecanismo que permite que os materiais historiográficos se tornem compreensíveis. A partir das escolhas e necessidades do historiador, o enredo, com início, meio e fim, possibilita um encadeamento das fontes. Desta forma, partindo da visão historiográfica do século XIX, uma narrativa ficcional iria de encontro ao objetivo primeiro da disciplina História, que é o relato mais próximo da verdade. Após a “virada linguística” da década de 1970, este entendimento sobre a narrativa histórica mudou de perspectiva.

⁴⁰ Como ressalta o historiador espanhol Santos Juliá: “[...] documentación empírica a la búsqueda de leyes fue la exigência de la teoría positivista; interpretación de un proceso singular fue lo que, en su crítica al positivismo, ofreció el historicismo [...]” (JULIÁ, 2010:17)

⁴¹ A história de uma nação pode ser entendida como a síntese dos fatos mais relevantes a um conjunto de cidadãos, mas encontra-se muito distante das percepções do indivíduo. É a partir deste ponto que o historiador Maurice Halbwachs, no livro *A Memória Coletiva*, pensa a diferenciação entre Memória e História (HALBWACHS, 2004:84).

⁴² Outra geração de estudos sobre a memória surgiu, apenas, nas décadas de 1950 e 1960, como resultado de uma recuperação das vítimas da II Guerra Mundial e do Holocausto e de necessidades identitárias decorrentes do aparecimento da União Europeia. Nos anos 1950, as fontes orais, e as memórias escritas, estavam ligadas às elites e se ofereciam como registros documentais que poderiam complementar ou suplementar estudos escritos. Na década de 1960, a história oral e as memórias dos sobreviventes ganharam espaço na historiografia para dar voz aos “desfavorecidos”, e a estratégia do testemunho passou a ser compreendida como relato que resgata, em primeira pessoa, uma experiência vivida e a inscreve na História.

Ao tomarmos por base algumas afirmações de Beatriz Sarlo – “el regreso del pasado no es siempre un momento liberador del recuerdo, sino un advenimiento, una captura del presente”⁴³, e ainda, “el lenguaje libera lo mudo de la experiencia, la redime de su inmediatez o de su olvido”⁴⁴ –, iremos identificar o relato da memória, a “voz” das testemunhas, não como um momento de libertação de uma lembrança – o que pode acontecer –, mas sim como uma apreensão do presente, o que implica uma outra forma de pensar as relações entre as questões do discurso, da significação e do sentido. Se considerarmos que a escrita da memória, em geral, privilegia a experiência individual, pode-se concluir que muitas dessas narrativas são pautadas pelo olhar subjetivo que, como aponta a historiadora Sandra Jatahy Pesavento,

[...] atribui veracidade à recordação por uma operação de reconhecimento de uma experiência passada, resgatada pelo ato de lembrar. [...] o reconhecimento da lembrança memorialística atribui à evocação um “efeito de verdade”. A memória “aparece” como verdadeira, legítima-se como tal, mas trata-se de uma representação do ocorrido (PESAVENTO, 2006:2).

A partir de Pierre Nora (2007) e Maurice Halbwachs (2004), verifica-se que as relações entre *história* e *memória* constituem diferentes formas de registro. Para Nora, a memória parece se configurar como artifício da história, objeto que será por ela utilizada, impedindo a caracterização de diferenças entre memória coletiva e memória histórica⁴⁵. Para Halbwachs, as lembranças são incorporadas pela história no momento em que deixam de existir ou à medida em que os grupos que as sustentavam deixassem de existir.

Na segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 1970, a disciplina começou a sofrer uma mudança de “validação do discurso histórico” para “outro tipo de validação” (CHARTIER, 1988:86), gerando algumas

⁴³ Cf. SARLO, 2006:09. “O retorno ao passado não é sempre um momento libertador de recordação, mas um advento, uma captura do presente”. Tradução minha.

⁴⁴ Cf. SARLO, 2006:09. “a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, a redime da sua inmediatez e do seu esquecimento”. Tradução minha.

⁴⁵ Mais do que isso, Pierre Nora, percebendo a reincidência no contemporâneo do discurso memorialístico, afirmou que a memória já não existe e tudo aquilo que se considera memória é, para ele, história. Com isso, restam apenas “lugares de memória” (SEIXAS, 2004:40). Nora entende, diferente de Halbwachs, que a categoria memória deixou de existir porque passou a ser reivindicada pelo discurso histórico. Paul Ricoeur: “perturbo-me com o inquietante espetáculo dado pelo excesso de memória aqui, excesso de esquecimento ali, para não falar da influência das comemorações e dos abusos da memória – e de esquecimento” (RICOEUR, 2007:17).

alterações estruturais e levando à perda de espaço no ambiente intelectual da época. Esta passagem de “validação”, afirmada por Roger Chartier, acontece quando a análise do discurso ganha espaço no ambiente intelectual e o fenômeno linguístico torna-se central para a compreensão da realidade.⁴⁶

A partir deste momento,⁴⁷ a História parece se tornar uma disciplina menos importante em comparação com novas disciplinas, que se aproximavam dos resultados da linguística estrutural ou da semiologia. Além disso, passa a ser definida como um discurso cujas regras pareciam semelhantes às que regem a produção literária. Desta forma, com uma maior narrativização da História e com a centralidade nas ideias e nos discursos, teóricos como Hayden White passam a afirmar que a história e a ficção são produtos de uma mesma operação intelectual e que não seria possível indicar uma diferença estruturante e evidente entre um romance e um livro de História.

Seguindo uma premissa de diferença de estatutos, como formas de organização do sensível, o professor Jacques Rancière, quando questionado pelos filósofos Muriel Combes e Bernard Aspe sobre “os vínculos entre a História em que estamos ‘embarcados’ e as histórias contadas (ou desconstruídas) pelas artes narrativas” (RANCIÈRE, 2009:52), afirma que existem dois problemas que costumam confundir os estudiosos:

O primeiro problema concerne à relação entre história e historicidade, isto é, a relação do agente histórico com o ser falante. O segundo, concerne à ideia de ficção e à relação entre a racionalidade ficcional e os modos de explicação da realidade histórica e social, entre a razão das ficções e a razão dos fatos. É melhor começar pelo segundo, a “positividade” da ficção [...]. Essa positividade implica, por si mesma, uma dupla questão: a questão geral da racionalidade da ficção, isto é, da distinção entre ficção e falsidade, e a questão da distinção – ou indistinção – entre os modos de inteligibilidade apropriados à construção de histórias e aqueles que servem à inteligência dos fenômenos históricos (RANCIÈRE, 2009:52-53).

⁴⁶ Cf. CHARTIER, 1988:86-87.

⁴⁷ Os historiadores da Escola dos Annales, como estratégia de sobrevivência, modificaram a tendência que seguiam desde 1929 (“História econômica e social”) e adotaram um novo programa, denominado de “História social da cultura”, em que novos objetos, novas abordagens e novos problemas eram introduzidos no campo da História, preservando ainda as ferramentas anteriores de validação do discurso histórico, a serialização e a quantificação. Neste programa, a opção pelo termo “da cultura” referia-se a um nível da realidade, o terceiro, como âmbito de produções desta.

A distinção entre a ideia de ficção e a ideia de falsificação permite, segundo Rancière, que o regime estético das artes “redistribua o jogo, tornando solidárias duas coisas: a indefinição das fronteiras entre a razão dos fatos e a razão das ficções e o novo modo de racionalidade da ciência histórica” (RANCIÈRE, 2009:54). Como um rearranjo de signos, a literatura deixa de fazer parte do reino da ficção e passa a ser um “regime de indistinção tendencial” (RANCIÈRE, 2009:54), ou seja, que tende ao ordenamento racional das descrições e narrativas ficcionais e ao ordenamento das descrições e interpretações dos fenômenos do mundo histórico e social. Rancière, desta maneira, se aproxima de estudiosos da década de 1970 que buscaram tornar porosas as fronteiras entre o discurso histórico e o da ficção, divergindo da divisão aristotélica de “duas histórias”⁴⁸. Nesta linha de argumentação, o professor afirma que:

A “ficcionalidade” própria da era estética se desdobra assim entre dois polos: entre a potência de significação *inerente às coisas mudas* e a potencialização dos discursos e dos *níveis* de significação (RANCIÈRE, 2009:55, grifo nosso).

A validade da História na condição de disciplina acadêmica não se perde, pois “não se trata de dizer que a ‘História’ é feita apenas das histórias que nós nos contamos, mas simplesmente que a ‘razão das histórias’ e as capacidades de agir como agentes históricos andam juntas” (RANCIÈRE, 2009:59). A estética, no argumento de Rancière, sendo rearranjo material dos signos e das imagens, é constituída do próprio ato de se fazer História, pois o historiador necessita escolher suas fontes e, a partir do enredo, com início, meio e fim, produzir uma representação própria sobre o tema.

É neste período também, com o início da década de 1980, que observamos a abertura da História à memória social e coletiva, e à série de pistas e caminhos para o *trabalho da memória*,⁴⁹ discutindo a diferença entre história e memória, e mapeando as relações da memória coletiva e da memória oficial, do dever e do abuso da memória, do fugaz limite entre memória e esquecimento. Neste contexto

⁴⁸ Cf. ARISTÓTELES, 2014:28.

⁴⁹ O que chamamos aqui de *trabalho da memória* aparece no contexto da crise epistemológica da nova historiografia e no âmbito da história das representações, com os estudos da Escola de Frankfurt, os escritos de Jacques Le Goff, Pierre Nora, E. P. Thompson, Christopher Hill e outros.

de abertura, *A invenção das tradições* (1983)⁵⁰, de Terence Ranger e Eric Hobsbawm, e *Os lugares da memória* (1984)⁵¹, sob a coordenação de Pierre Nora, são, talvez, os marcos mais importantes.

No entanto, o esforço feito nas últimas décadas para a utilização da memória como fonte da história talvez tenha gerado uma “obsessão memorial”⁵², “produto do declínio da experiência transmitida num mundo que perdeu as referências, desfigurado pela violência e atomizado por um sistema social que apaga as tradições” (TRAVERSO, 2012:14).

Com as situações de sobressalto, ruptura e velocidade que marcam a contemporaneidade, principalmente a especificidade portuguesa, a sociedade passou a demandar, a partir da década de 1970, uma memória histórica – “que não é a memória científica dos historiadores, mas a apropriação oficial e seletiva de lembranças históricas pelo grupo” (LE GOFF, 2003:424). Através do discurso literário sobre os eventos transcorridos, atendia-se a uma demanda social, que, como já colocamos em relação à Guerra Colonial portuguesa, atenuou o “vácuo historiográfico”, colocando na ordem do visível um conjunto de problemas e dificuldades do século XX, em face de um desejo de escrita da memória que surgia acompanhado por uma busca de legitimação política, de recuperação dos *lugares de memória* ou mesmo das identidades.

1.3. As especificidades do gênero epistolar

No desenvolvimento de uma pesquisa com cartas, a especificidade da escrita epistolar se impõe como forma singular de escrita autorreferencial. Diários, autobiografias e memórias não são textos que, como as cartas, se endereçam diretamente a alguém. O destinatário da carta, supostamente, constrói com o remetente uma correspondência, uma interlocução, em que se desvelam, um ao outro, de maneira recíproca, a partir de enunciações descontínuas, de difícil

⁵⁰ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁵¹ NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. La République, Paris, Gallimard, 1984.

⁵² Cf. JULIÁ, 2010 e TRAVERSO, 2012:9-20.

classificação: “através do frente a frente cruzado em que cada um procura definir-se, enriquecem-se em permanente contraponto as respectivas identidades” (MATHIAS, 1999:53). Esta expressão pautada pela descontinuidade, ou seja, a escrita que “acumula temas e informações, sem ordenação, sem finalização, sem hierarquização” (GOMES, 2004:21) e que circula ao sabor das circunstâncias, faz das cartas um gênero híbrido – o que a professora Matildes Demétrio, na sua tese “Ao sol carta é farol”⁵³, chamou de “caráter desconcertante” (SANTOS, 1998:15) –, com uma infinidade de formas e modelos a se seguir, fugindo “a uma classificação sistemática” (SANTOS, 1998:73). No entanto, Matildes Demétrio chama atenção para o fato de que:

Tal particularidade não depõe contra elas, ao contrário, as reconduz a um território amplo, onde elas participam, tranquilamente, da natureza da ficção, da memória, da autobiografia, do documento, do artigo literário, do teatro (SANTOS, 1998:73).

Sobre este mesmo ponto, o escritor e crítico argentino Ricardo Piglia também afirma, em relação aos diários, a “forma muy seductora” do gênero híbrido:

[...] combina relatos, ideas, notas de lectura, polémica, conversaciones, citas, diatribas, restos de la verdad. Mezcla política, historias, viajes, pasiones, cuentas, promesas, fracasos. Me sorprende cada vez que vuelvo a comprobar que todo se puede escribir, que todo se puede convertir en literatura y en ficción (PIGLIA, 2014:87).

O conjunto de cartas que nos propomos a examinar revelam apenas um sentido da correspondência, pois, de saída, só é possível ter acesso às missivas enviadas pelo médico alferes a sua companheira, alguns retratos enviados por ela em momentos⁵⁴ específicos, poucas fotos enviadas por ele⁵⁵ e esparsas imagens fotocopiadas das cartas originais enviadas por António Lobo Antunes.

⁵³ SANTOS, Matildes Demétrio dos. *Ao sol carta é farol: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas*. São Paulo: Annablume, 1998.

⁵⁴ As fotos enviadas por Maria José ao marido estão impressas nas cartas datadas em 24.2.71 (p. 57), 13.3.71 (p. 88), 17.5.71 – Ninda (p. 162), 6.7.71 – Chiúme (p. 227), 7.9.71 – Gago Coutinho (p. 279), 15.9.71 – Gago Coutinho (p. 283), 20.1.72 - Marimba (p. 338), 11.3.72 – Marimba (p. 371), 4.4.72 – Marimba (p. 394), 11.4.72 - Marimba (p. 399), Abril de 72 (p. 409), Agosto de 72 (p. 419). Cf. LOBO ANTUNES, 2005.

É importante considerar a informação prestada aos leitores do livro pelas organizadoras do volume de correspondências Maria José Lobo Antunes e Joana Lobo Antunes: “a escolha de publicar não foi nossa: é a vontade expressa da nossa Mãe, destinatária e conservadora deste espólio até há pouco tempo” (LOBO ANTUNES, 2005:11). Os escritos de Lobo Antunes publicados no livro, claramente, se abrem ao diálogo, ou seja, “parte[m] ao encontro do outro, esse confessor ausente” (MATHIAS, 1999:54), como podemos perceber no trecho inicial da carta do dia 20.1.71:

Minha joia querida

Contra o que esperava continuo sem notícias tuas, o que naturalmente me preocupa e aborrece (LOBO ANTUNES, 2005:24).

Enquanto a autobiografia é o “relato de uma vida pelo próprio, sendo o autor *simultaneamente* o destinatário e o personagem-objeto da narração” (MATHIAS, 1999:41, grifo meu) e o diário um “testemunho *mudo*, [...] quase sempre a reconstituição, quantas vezes penosa e repetitiva, das insuficiências e fraquezas do seu autor” (MATHIAS, 1999:47, grifo meu), as cartas são uma expressão de alcance mais amplo, que inscreve a dimensão cultural do sujeito que se revela ao outro como a elaboração de uma “pose” de si mesmo” (MALATIAN, 2009:201) à espera de uma resposta do leitor. Esta “pose” ou escrita de si ganha corpo no momento em que o indivíduo começa a “ordenar, rearranjar e significar” (GOMES, 2004:16) experiências vivenciadas à distância de seu destinatário:

A escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de “produção do eu”. [...] Uma modalidade de ação que permitiria a seu autor uma mudança e/ou um controle maior sobre a própria vida, numa dimensão quer religiosa, quer laica. Mas esse entendimento não supõe nem uma presumida essência anterior de quem escreve, nem sua completa fatura pelo discurso que elabora, nem uma unidade perfeita entre quem escreve e quem é produzido pela escrita (GOMES, 2004:16).

Michel Foucault (1992), ao pensar o papel da escrita na cultura filosófica de si deparou-se com o relato de vida de Santo Antão do Deserto, escrito por Santo Atanásio de Alexandria, na *Vita Antonii*, e com o fato de que o exercício da

⁵⁵ As fotos enviadas por António Lobo Antunes à esposa estão nas cartas: 27.1.1971 (p. 27), 25.2.71 (p. 61), 7.7.71 – Chiúme (p. 231), 15.11.71 – Chiúme (p. 296). Ver em: LOBO ANTUNES, 2005.

escrita era elemento indispensável para a vida espiritual, por trazer à tona (através da palavra) os movimentos do pensamento. Ao tornar objetivo (escrito) algo subjetivo, os ascetas conseguiam dissipar “a sombra interior onde se tecem as tramas do inimigo” (FOUCAULT, 1992:129). Como o próprio Atanásio afirma,

Eis uma coisa a observar para se ter a certeza de não pecar. Que cada um de nós note e escreva as acções e os movimentos da nossa alma, como que para no-los dar mutuamente a conhecer e que estejamos certos que, por vergonha de sermos conhecidos, deixaremos de pecar e de trazer no coração o que quer que seja de perverso (FOUCAULT, 1992:129).

Para se tornar um homem virtuoso na Antiguidade era necessário que os indivíduos espiritualizados mantivessem discursos verdadeiros e racionais, além de total domínio e conhecimento de si. Como método de apropriação desse conhecimento, Foucault encontrou três tipos, a partir do que “os Pitagóricos, os Socráticos [e] os Cínicos” (FOUCAULT, 1992:130) já expunham em seus escritos de si: a importância de ouvir o outro, a escrita como exercício de pensamento sobre si próprio e a leitura subjetiva, compreensão e memorização do que foi escrito. Desta forma, percebemos que a construção espiritual na Antiguidade, pautada pela subjetividade e virtuosidade do cristão, tinha como fundamento central o exercício de uma escrita autorreflexiva:

Nenhuma técnica, nenhuma aptidão profissional podem adquirir-se sem exercício; também não se pode aprender a arte de viver, a *tekne tou biou*, sem uma *askesis*, que é preciso entender como um adestramento de si por si mesmo [...] (FOUCAULT, 1992:130).

A escrita de si, como um “adestramento de si por si mesmo”, era entendida como exercício de formação espiritual, como operador de formação do indivíduo que, através da escrita – “regularmente associada à ‘meditação’” (FOUCAULT, 1992:130) –, tornava verdade (real, porque materialmente escrito) um conjunto de costumes e crenças que estavam apenas no âmbito da experiência interior. O filósofo ainda chamará atenção para a importância da escrita como “elemento do treino de si”, a partir do que Plutarco denominou com uma função *etopoiética*: “um operador de transformação da verdade em *ethos*” (FOUCAULT, 1992:130). Desta função surgem duas formas de escrita: a *hypomnemata*, uma forma de escrita pessoal (livros de contabilidade, registros notoriais, cadernos pessoais) que

“constituía uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas” (FOUCAULT, 1992:131) e as correspondências, que mesmo com a particularidade de ser um texto relacional, também dá lugar para o exercício pessoal, pois “em virtude do próprio gesto da escrita” (FOUCAULT, 1992:134), aquele que envia pensa sobre o que está escrevendo.

A partir desses pressupostos, podemos afirmar que a escrita de si, no campo da narrativa epistolar, constitui não apenas uma estratégia autoreflexiva; mas também compreende, no caso das *Cartas da guerra*, o exercício da escrita, criando, no espaço da carta, um laboratório que oferece organização e coerência a um sujeito em processo de transformação, ou de “devir” no texto. Nas cartas selecionadas para esta pesquisa, lemos não apenas as funções mais básicas do discurso escrito – “a experiência tornada texto através das cartas” (REIS, 2013:32) –, mas também a funcionalidade técnica deste *estágio epistolar* da obra de António Lobo Antunes: o escritor português, de certa forma, nasce no interior deste laboratório.

Ricardo Piglia (1994), na esteira interpretativa de um exercício de escrita como amadurecimento técnico e como sistematização de leituras prévias, afirmou que a construção de um diário, desde os dezesseis anos de idade, foi a base de seu ofício: “eu escrevia para tentar saber o que era escrever: nisso (só nisso), já era um escritor. Esses cadernos se transformaram no laboratório de escrita” (PIGLIA, 1994:81). A escrita repetitiva, continuada, desprovida de um projeto norteador, proporcionou ao escritor argentino um espaço de aprendizado onde era possível “reconhecer como pode ser árduo escrever” (PIGLIA, 1994:81). Essa lição preliminar parece ter marcado o ensaio de Lobo Antunes na composição de um livro, em que trabalhava arduamente desde antes de sua partida para guerra. Na carta datada do dia 9.7.71, o escritor parece concordar com Piglia:

Outra coisa que me irrita é escrever com tanta dificuldade. Cada uma destas míseras páginas custa-me os olhos da cara. E se calhar, não parece. Sei lá quantas vezes fiz as primeiras 130 páginas, a 1ª parte... 5, 6? O princípio da 2ª, que já tinha feito há 2 meses por 3 vezes voltei a repeti-lo ontem (ANTUNES, 2005:234).

A interlocução mantida com a sua companheira através das cartas, além de revelar os bastidores da formação do escritor, permite o compartilhamento

sistemático de experiências com esta leitora privilegiada e distante. As condições específicas deste “convívio” mediado pelo serviço postal permitem remeter para a formação de afetos alternativos, relações imediatas, empíricas, que expandem as redes possíveis de sociabilidade – “os laços familiares são aqui extremamente fortes” (ANTUNES, 2005:125).

As cartas parecem, por vezes, tocar o conceito de *habitus*, desenvolvido por Pierre Bourdieu. *Habitus* seria o “lugar social” de quem escreve e o contexto de escrita. Ao focar esses escritos, elaborados com a finalidade relacional de um remetente dialogar com outra pessoa, é possível verificar que esses documentos funcionam como “testemunhos de redes de comunicação entre indivíduos e grupos” (MALATIAN, 2004:203), permitindo, se for consentida a leitura de terceiros, a identificação de comportamentos e valores próprios de uma época ou de um grupo social em que se insere o missivista.

Esta dimensão pessoal, acrescida do contexto da guerra, permite ao autor articular, na sua escrita, impressões e registros apagados na coesa narrativa dos aparelhos de comunicação do Estado. Como já afirmamos, Lobo Antunes apresenta, para a sua interlocutora, um quadro dissonante, alternativo àquele que foi posto em circulação como produção discursiva oficial associada às operações militares portuguesas na África. Esse elemento leva a considerar o fato de que a “sua escrita não apenas [funciona] como fruto de uma produção literária focalizada em um período histórico, mas [também] como fruto de sua vivência, como parte de sua trajetória” (REIS, 2013:33).

É precisamente neste ponto que o conceito de *habitus*, desenvolvido por Pierre Bourdieu, pode funcionar como uma segunda ferramenta metodológica que auxilia a leitura do nosso objeto de pesquisa. Ao inscrevermos as correspondências no conjunto de “cartas familiares ou de amor” - correspondência trocada entre pessoas apaixonadas, forçadas, pela distância, a se aproximar sob a mediação da escrita, abrimos espaço para afirmar que as cartas, “enquanto disposições incorporadas para sentir, pensar e agir” (MALATIAN, 2009:201),

[...] fazem parte de e expressam *habitus*, ou seja, comportamentos, regidos por valores próprios de uma dada época ou grupo social no qual se inserem ações individuais, num jogo entre indivíduo e contexto que constitui a dimensão da individualidade (MALATIAN, 2009:201).

No plano das redes de sociabilidade identificadas nas cartas, além dos relatos transmitidos à correspondente distante, outros dois tipos de rede podem ser verificadas: a primeira, social, em que o médico alferes troca experiências e vivências com “camaradas” portuguesas e com companheiros; a segunda, intelectual, pois Lobo Antunes elabora mapeamentos provisórios de suas leituras, de suas opiniões e de seu projeto literário. Neste espaço, o jovem médico português passa a assumir a elaboração do “escritor como leitor” (PIGLIA, 2015), consolidando no exercício obsessivo das missivas a formação do escritor e a transformação do alferes médico António Lobo Antunes.

Ângela de Castro Gomes esclarece que “a correspondência pode estar voltada para um certo objetivo específico, embora não exclusivo, ou combinar de forma mais equilibrada algumas intenções” (GOMES, 2004:54). Assim, de forma geral, o exercício diário da escrita possui duas dimensões articuladas: a) é um exercício de atribuir sentido ao contexto social em que o remetente está incluído, uma espécie de reação individual ao desconcerto do mundo, sobretudo no ambiente que a guerra proporciona; b) a escrita cotidiana como um espaço de laboratório que possibilita ao indivíduo se (trans)formar. O argumento de que as cartas funcionam como um laboratório de escrita parte do grande número de elaborações traçadas a partir de jatos de pensamento que visam trazer para a intimidade das correspondências tudo o que pode impactar como objeto narrado, como única forma de manter a “minha própria sobrevivência” (LOBO ANTUNES, 2005:39).

A violência do contexto de guerra possibilita a transformação daqueles que o compartilham. Desta forma, podemos afirmar que a inscrição individual no espaço da guerra colonial em Angola, durante três anos (de 1971 a 1973), se consolidou como experiência fundamental para a formação de António Lobo Antunes como escritor. Em suas cartas, o autor aprimorou os recursos narrativos (laboratório), ao mesmo tempo em que buscou uma forma de sobrevivência a um contexto tão inóspito para um jovem bem criado do bairro de Benfica. Ao lermos as cartas, encontramos simultaneamente um leitor contumaz de grandes escritores – com destaque para escritores que pensaram e viveram a guerra – e um escritor

em formação, com relatos dos primeiros trechos de *Dilúvio*⁵⁶, que durante a guerra mudará o título para *O Voo Nupcial de J. Carlos Gomes*.

⁵⁶ Como Maria José Lobo Antunes e Joana Lobo Antunes informam em nota de rodapé da página 45 do livro *D'Este viver aqui neste papel descripto. Cartas da Guerra*: “Dilúvio era o título do livro que António Lobo Antunes escrevia no momento em que partiu para Angola” (LOBO LOBO ANTUNES, 2005:45). A mudança do título do livro será conhecida apenas na carta 3.4.71, quando Lobo Antunes afirma à mulher que o título “O Voo Nupcial de J. Carlos Gomes” “lhe fica a matar” (LOBO ANTUNES, 2005:115).

2

A Guerra Colonial nas *Cartas da Guerra* de António Lobo Antunes

Eu penso que ser-se português é uma fatalidade que se deve assumir com paciência...

António Lobo Antunes

O livro *D' Este Viver Aqui Neste Papel Descripto. Cartas da Guerra* (2005) é o primeiro conjunto de cartas escritas na guerra colonial de Angola a ser publicado em Portugal. A maioria dos aerogramas e cartas de ex-combatentes que alcançou visibilidade encontra-se publicada de forma dispersa em revistas, jornais e sites dos próprios ex-combatentes⁵⁷. A publicação das cartas revela uma singular experiência de guerra, evidencia um cotidiano até então mal conhecido, apenas entrevisto nas páginas dos romances publicados a partir da década de 1970 – em que António Lobo Antunes tem grande participação –, que abriram discussões novas sobre um tema ainda pouco explorado pela historiografia portuguesa.

Em seu diagnóstico, Maria José Lobo Antunes⁵⁸ afirma que:

Com a publicação das cartas, todos os leitores poderiam aceder ao mundo de experiência do quotidiano de guerra em Angola. É precisamente neste sentido que as narrativas pessoais de guerra constituem o mais poderoso dos memoriais. É através das imagens em si contidas, do tom e das histórias que contam, que emerge a “recordação colectiva vicária”, memória em segunda mão nascida do cruzamento de muitas memórias de outros [...] (ANTUNES, 2015:368).

⁵⁷ Passados 11 anos de publicação das cartas de António Lobo Antunes, poucos livros e projetos foram realizados com o vasto acervo epistolar da guerra colonial, como, por exemplo, os livros memorialísticos *Morto por te ver* (2007), de Cesário Costa e *O Salazar nunca mais morre: Cartas de África em tempos de guerra e amor* (2009), de Manuel Beça Múrias. Ver em: COSTA, Cesário. *Morto por te ver: cartas de um soldado à namorada (Angola, 1967-1969)*. Lisboa: Afrontamentos, 2007 e MÚRIAS, Manuel Beça. *O Salazar nunca mais morre: Cartas de África em tempos de guerra e amor*. Lisboa: Planeta, 2009. No âmbito dos projetos de organização do acervo epistolar, vale ressaltar o *FLY 1900-1974 (Forgotten Letters Years 1900-1974) – Cartas Esquecidas*. Este projeto, com início em 2016, corresponde a uma campanha de coleta, edição eletrônica e estudo interdisciplinar de um conjunto de documentos do século XX produzidos na esfera privada e escritos por autores formados em diferentes áreas. Trata-se de uma amostra de duas mil cartas portuguesas compostas em contexto de guerra, emigração, prisão ou exílio entre os anos de 1900 até 1974. Essa amostra tem o duplo formato de *corpus* linguístico e de edição crítica disponibilizados na internet. Disponível no site: <http://fly.clul.ul.pt/index.php>.

⁵⁸ ANTUNES, Maria José Lobo. *Regressos quase perfeitos - Memórias da guerra em Angola*. Lisboa: Tinta-da-China, 2015.

A publicação das *Cartas da Guerra* de Lobo Antunes abre espaço para o crescimento do interesse pelas perplexidades que marcaram o período de passagem de um sistema colonial para o processo de descolonização. Mas as cartas do escritor português também se revestem de um interesse que ultrapassa o seu caráter documental; nelas, a escrita literária ganha espaço em meio a uma espécie de transtorno da linguagem em virtude da guerra, aspecto que marca decisivamente os primeiros romances do escritor.

A singularidade das *Cartas* dentro da epistolografia publicada em Portugal consiste no fato de ser uma troca de correspondência – mesmo que a publicação tenha revelado apenas as cartas enviadas por Lobo Antunes – entre um homem na guerra em Angola e uma mulher em Portugal, ou seja, entre um emissor e uma destinatária concretos, e não indeterminados, além de não ser apenas uma correspondência literária. Mais do que cartas de amor – com os excessos das saudações iniciais,⁵⁹ das despedidas apaixonadas e repletas de cunho sexual⁶⁰ –, estas cartas formam um dos curiosos registros da guerra colonial e do seu impacto nas vidas de pessoas comuns. É uma forma de descrever e narrar a guerra:

O imediatismo das cartas enviadas da frente tornam-nas a mais pura versão da guerra, combinando o quotidiano anônimo e os acontecimentos excepcionais, o banal e o insólito, num registro que conserva intacta a estranheza da experiência de guerra. Narrativas como estas (cartas, diários e memórias) constituem “actos de comemoração” que fixam as vidas e memórias das pessoas que nela participaram (ANTUNES, 2015:368).

⁵⁹ Algumas das fórmulas iniciais, que, de certo modo, atestam essa paixão nas cartas: “Meu querido amor”, com noventa e quatro ocorrências; “Minha jóia querida”, repetida quarenta e cinco vezes; “Minha querida jóia”, em quarenta e uma missivas; “Meu amor querido”, vinte e seis; “Minha doce querida meu amor”, uma vez; e “Meu amor”, utilizada em quinze missivas. Porém, outras fórmulas para “minha jóia” são utilizadas: “Minha jóia adorada”, “Minha querida jóia linda”, “Minha amada jóia”, “Minha jóia preciosa e querida”, “Minha jóia zangada” e etc. Vale ressaltar que apenas nas cartas do dia 28.8.71 (LOBO ANTUNES, 2005:271), 8.2.72 (LOBO ANTUNES, 2005:351) e 18.2.72 (LOBO ANTUNES, 2005:359), nos deparamos com dois inícios diferentes, secos, sem rebuscamentos amorosos: “Maria José” e “Sra. Dona Maria José”.

⁶⁰ Há uma grande variação entre a utilização de expressões respeitadas (modelo do amor desenvolvido por correspondências) e a forma coloquial do discurso amoroso (o da intimidade, da proximidade física e emocional), em que esta é reforçada pelo discurso íntimo do sexo, umas vezes implicitamente referido, outras explicitamente: “[...] meter a minha chave na fechadura do teu corpo, a língua na tua boca” (ANTUNES, 2015:20); “Coloco o meu pénis na forquilha do teu corpo” (ANTUNES, 2015:25); “Vou sentir outra vez os teus seios a saltarem-me na mão” (ANTUNES, 2015:110); “[...] guarda para mim a forquilha das tuas pernas.” (LOBO ANTUNES, 2015:114); toda a carta do dia 4 de Abril de 1971 (ANTUNES, 2015:116); entre outros exemplos.

As *Cartas* são, portanto: a) o retrato “quase diário”⁶¹ do cotidiano da guerra (da necessidade de sobrevivência) e da brevidade do tempo que vive o seu emissor; b) um espaço de escrita sem o intuito de durabilidade.

O nosso objetivo, neste capítulo, é o de propor uma análise preliminar das cartas como documentos históricos que permitem interrogar uma parte do discurso oficial construído em torno da experiência colonial portuguesa em Angola.

2.1.

A comissão e o CART 3313

Em 6 de janeiro de 1971, o Batalhão de Artilharia 3835 partiu de Lisboa para Angola com mais três batalhões, três companhias e dois pelotões independentes a bordo do paquete Vera Cruz. Mobilizado⁶² em Julho de 1970 na unidade do Grupo de Artilharia Contra Aeronaves 2 (GACA 2), estacionada na região de Torres Novas, o batalhão iniciou suas atividades no mês de Setembro, convocando dezoito oficiais, sete sargentos e vinte e oito cabos milicianos para a Escola Preparatória de Quadros. No final do mês, deu-se início à preparação dos quatrocentos praças que integrariam o batalhão na frente de guerra, todos convocados às pressas e com destino ainda incerto⁶³. Em Novembro, dois meses depois da primeira preparação, o batalhão partiu para o Campo Militar de Instrução de Santa Margarida para serem integrados à Companhia de Comandos e Serviços e as companhias operacionais que seriam, em breve, destacadas para as

⁶¹ A escrita das cartas é interrompida em três períodos diferentes durante a missão militar: a primeira nas férias de António Lobo Antunes em Lisboa (35 dias em Lisboa, do dia 16 de Setembro de 1971 até 02 de Novembro de 1971); a segunda “entre Abril e Julho de 1972, com a chegada da família a Marimba”; e a terceira entre Agosto de 1972 e Janeiro de 1973, com o regresso da família a Marimba. Ver em: LOBO ANTUNES, António. Prefácio. In: *D’Este viver aqui neste papel descripto – Cartas da Guerra*. Lisboa: Printer Portuguesa, 2005, p. 11-12.

⁶² O quadro da Guerra Colonial no início da década de 1970 se caracterizava, entre outras coisas, pela: a) longa duração (nove anos até 1970, 1961-1970); b) expansão da guerra, travada em diversos territórios (Angola, Guiné e Moçambique); c) dimensão heterogênea dos territórios de batalha, além de serem distantes entre si, apresentando condições geográficas e climáticas bastante distintas em relação à Europa; d) acirrada e explosiva deflagração dos conflitos. Estas razões levaram ao surgimento do BART 3835, Batalhão criado para conter a expansão “terrorista” pelos territórios.

⁶³ Cf. ANTUNES, 2015:105. Não se sabia naquela altura quais seriam as regiões que o Batalhão deveria ser mobilizado. Dentre as opções que o exército português poderia escolher (Guiné, Moçambique e Angola), a região que mais assustava aos soldados era a Guiné, que apresentava uma enorme situação de insegurança no ano de 1970, após a divulgação de informações que as tropas de Amílcar Cabral haviam assassinado três oficiais portugueses e abatido um helicóptero que transportava quatro deputados para a região africana.

regiões africanas. Como destaca a antropóloga Maria José Lobo Antunes na tese de doutorado *Regressos quase perfeitos* (2015),

Foi em Santa Margarida que os elementos de todo o Batalhão – Companhia de Comandos e Serviços e as três companhias operacionais – tiveram a Instrução de Aperfeiçoamento Operacional [IAO] que, durante cerca de três semanas, os iria preparar para a realidade angolana (ANTUNES, 2015:107).

A notícia de que o BART 3835 seria mobilizado para Angola só foi confirmada entre os meses de Setembro e Novembro de 1970; ou seja, durante a preparação de toda a tripulação no Campo Militar de Santa Margarida.⁶⁴ É importante destacar dois comentários de ex-combatentes e soldados do batalhão entrevistados por Maria José Lobo Antunes que ilustram a angústia e o desespero das notícias de última hora:

Há uma informação do quartel-general, uma coisa do género de “Você vai formar batalhão, vai para Torres Novas porque vai para Angola”. Não estava à espera, de maneira nenhuma. Isto desestabiliza um bocado, para não dizer muito. De qualquer das maneiras, do mal o menos, o raciocínio foi exactamente este: não é Guiné, entre Moçambique e Angola talvez Moçambique fosse um bocado melhor, mas as notícias que chegavam cá não eram famosas na zona norte de Moçambique. Portanto foi encarar isto como foi possível, não é? (*Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano*) (ANTUNES, 2015:106).

Quando sou mobilizado vieram-me as lágrimas aos olhos. Eu não sei, eu vi estrelas! Não desmaiei ali porque não calhou. Eu nunca pensei que ia [para Angola]. Quando fui chamado [pelo altifalante] pensei que eram mais dois mesitos e ia para casa. Foi, foi! Vais para casa vais, durante dez dias, depois apresentas-te em Santa Margarida. Foi um choque, naqueles dez dias andava a contar a desgraça (*João Marques, ex-cabo condutor*) (ANTUNES, 2015:106).

O Campo Militar de Santa Margarida foi o único espaço de treinamento que o BART 3835 teve, ainda em Portugal, para realizar simulações de guerra – desde o treinamento para se defender de ataques e emboscadas, até a preparação psicológica para suportar a guerra⁶⁵. Foi em Santa Margarida, durante as três

⁶⁴ Cf. ANTUNES, 2015:109.

⁶⁵ Como explica o depoimento do ex-furriel miliciano Avelino Silva à Maria José Lobo Antunes: “O IAO era fazer umas simulações do que se poderia passar. Íamos com armas a caminhar e havia uns assaltos, uma espécie de emboscadas, para nos adaptarmos minimamente àquilo. Mas se quer que lhe diga, nunca foi uma coisa muito levada à sério, estávamos muito longe de estar preparados [para o que iria acontecer]! No IAO às vezes havia uns petardos, umas coisas para ver como a gente reagia. Era mais psicológico, para estarmos preparados para isso.” (ANTUNES, 2015:107)

semanas de preparação e imersão às inúmeras possibilidades de guerra, que os soldados, cabos, agentes e médicos se conheceram. Foi neste momento que o jovem António Lobo Antunes, aos 28 anos, recém-formado em medicina, conheceu os companheiros que elogiou nas cartas à companheira. Um dos poucos tripulantes do BART 3835 que não era militar, Lobo Antunes foi convocado pouco antes da partida para Santa Margarida, sendo alistado com outros dois médicos para o Estado-Maior do Batalhão, “composto pelos comandos e por oficiais subalternos de especialidades diversas” (ANTUNES, 2015:364-365). Como informa Maria José Lobo Antunes,

O Estado-Maior do Batalhão era constituído pelo primeiro e segundo comandante (um tenente-coronel e um major, ambos do Quadro Permanente) e por sete oficiais subalternos: alferes milicianos de transmissões, reabastecimento e manutenção [de] automóvel, três alferes médicos e um alferes capelão (ANTUNES, 2015:365).

Após toda a preparação que o Batalhão recebeu da Instrução de Aperfeiçoamento Operacional [IAO], em Santa Margarida, os mais de quatrocentos homens foram liberados para um curto período de férias até a convocação final, no dia 5 de Janeiro de 1971, quando deveriam se apresentar para o embarque no paquete Vera Cruz, na região de Alcântara, em Lisboa. Na manhã do dia 6 de Janeiro de 1971, uma quarta-feira, os 510 homens do BART 3835 zarparam para Luanda com a missão, agora definida, de “policiar a fronteira com a Zâmbia, para não permitir a entrada dos elementos do MPLA que tenta[va]m, aí, estabelecer um corredor até o norte” (LOBO ANTUNES, 2005:19). Como Lobo Antunes informa⁶⁶ na segunda carta à companheira, “ainda de bordo do Vera Cruz”, em 14 de Janeiro de 1971, o plano de instalação já havia sido conhecido durante a travessia:

Em princípio, ficaremos em Luanda (no Grafanil) seis ou sete dias, e depois faremos uma horrível viagem de 2.000 km de camioneta até Nova Lisboa, de

⁶⁶ Vale a pena destacar uma observação que Maria José Lobo Antunes faz sobre a falta de conhecimento do destino da unidade na guerra colonial de Angola: “Embora na *História da Unidade BART 3835* se afirme que o destino da unidade foi conhecido na chegada a Luanda, a verdade é que o alferes médico miliciano António Lobo Antunes soube da notícia ainda a bordo do Vera Cruz. Instalado na 1ª Classe, rodeado de oficiais e dos comandos do Batalhão, parece ter tido acesso a informações que a maioria dos militares embarcados só viria a conhecer já no Grafanil” (ANTUNES, 2015:115). A carta do dia 14.1.71 é uma grande descrição dos próximos passos do médico à companheira.

comboio até ao Luso, já armados e escoltados, e de camioneta de novo, até Gago Coutinho: 6 dias sempre em movimento, com as consequências inerentes e os perigos respectivos, de modo a chegarmos cerca do fim do mês, para uma estadia que deve demorar 14 ou 15 meses, antes do recuo para uma zona melhor (LOBO ANTUNES, 2005:18-19).

Logo depois de desembarcar em Luanda, no dia 15 de Janeiro, nove dias após a partida de Alcântara, o BART 3835 foi deslocado e fixado por uma semana no Campo Militar do Grafanil, primeiro estágio em que o batalhão entra em contato com a região angolana. Como Lobo Antunes comenta, “o Grafanil é Santa Margarida ao cubo, no desconforto e no resto de mau” (LOBO ANTUNES, 2005:21). Foi nesta região que a realidade da guerra e da região africana começou a se colocar para os soldados treinados em Portugal. O extremo calor da cidade de Luanda, a grande população que os observa “com uma curiosidade de conspiradores” (LOBO ANTUNES, 2005:22), as inúmeras chuvas torrenciais que terminavam abruptamente e davam lugar ao retorno do calor escaldante, a vastidão de insetos e bichos peçonhentos que se alastravam pela terra seca e a extrema pobreza da população, são algumas das percepções iniciais que as cartas de Lobo Antunes revelam. A experiência inaugural do jovem bem criado do bairro de Benfica, experiência de formação e de transformação, se impõe como um conjunto de imagens incômodas:

Luanda está longe de ser uma cidade visível: toda ela é uma espécie de Areeiro de província, com o mesmo pretencioso gosto suburbano, e os brancos daqui têm todos o mesmo indefinível aspecto dos vendedores de automóveis daí, de patilhas sem classificação social, camisas transparentes, e mulheres tipo locutoras de rádio, demasiado bem vestidas para serem inteiramente honestas. Os musseques são uma espécie de bairro da Boavista ampliado, em que os moradores fossem todos jogadores do Benfica. Só a terra é que é vermelha, como a areia dos estádios, e as noites cheias de murmúrios de insectos e de folhas, mergulhadas num mormaço de suor (LOBO ANTUNES, 2005:21).

Que cidade horrível. É como passar um domingo em Benfica na Esplanada da Estrela Brilhante, com o chão cheio de tremoços e de detritos. Uns negros aleijados arrastam-se a pedir esmola, outros oferecem cinzeiros de madeira, objectos esculpidos, jornais, farrapos e miséria. Nunca pensei vir encontrar tanta pobreza, tanta porcaria, tanto calor (LOBO ANTUNES, 2005:22).

Na ingenuidade das primeiras comparações com as zonas mais pauperizadas de Lisboa, a cidade de Luanda é descrita como a região do Areeiro; os brancos em Angola são todos *como* os vendedores de automóveis portugueses;

as mulheres angolanas são *como* as locutoras de rádio portuguesas; os musseques⁶⁷ são *como* bairros da região de Boavista; um dia em Luanda é *como* “um domingo em Benfica na Esplanada da Estrela Brilhante”. A observação comparativa expõe o estágio inicial do estranhamento inevitável de um jovem médico lisboeta imerso na paisagem dos musseques de Luanda. Ao mesmo tempo em que as primeiras descrições sobre Luanda são carregadas de desconforto e indiferença, em suas cartas o jovem destaca sempre a precariedade do quartel, o incômodo com as instalações do Grafanil, a miséria social da população angolana e a relação estranha dos soldados portugueses com os “pretos”. Percepções semelhantes também aparecem nas memórias dos ex-combatentes e nas cartas de Lobo Antunes, onde o atraso dá lugar a uma percepção mais clara acerca da modernidade urbana e cosmopolita.

Passada a semana de preparação no Grafanil, já armados e vacinados para a guerra, o BART 3835 começou a informar às Companhias de Artilharia quais as zonas operacionais que deveriam proteger no primeiro ano de comissão⁶⁸. Coube à CART 3313 a responsabilidade pela proteção e fiscalização do subsector de Gago Coutinho⁶⁹, atual Lumbala Nguimbo. Responsável pelo atendimento da Companhia de Artilharia 3313, Lobo Antunes começa a preparar a companheira para os próximos dias difíceis que viriam com suas novas missões:

O optimismo não é muito, porque os comandos estão bastante desanimados e pessimistas, e o quadro da nossa vida nos próximos meses não vai ser, ao que eles dizem, muito agradável. O 2º comandante repete a quem o quer ouvir que

⁶⁷ São bairros populares da periferia de Luanda. Ganharam este nome pelo local onde geralmente estão localizados, em regiões de solo arenoso.

⁶⁸ Para a zona operacional de Gago Coutinho (sede do Batalhão) ficariam a Companhia de Comandos e Serviços (CCS) e dois pelotões da Companhia de Artilharia 3313, que prestariam apoio operacional ao comando. No Chiúme e em Ninda, seriam enviadas duas companhias operacionais: a CART 3312 e a CART 3314. Para os destacamentos de Mussuma e Sessa, dois pelotões da CART 3313 seriam transferidos. Vale a pena lembrar que a CART 3314 era comandada pelo capitão de Artilharia Ernesto Melo Antunes, comandante que se tornaria grande amigo de António Lobo Antunes no momento em que este partiu em 24 de Abril de 1971 para Ninda. A primeira carta que Lobo Antunes falará à companheira sobre Melo Antunes é a do dia 27.4.71 (LOBO ANTUNES, 2005:140).

⁶⁹ Maria José Lobo Antunes define Gago Coutinho como “[...] um quase deserto. Apesar da abundância de água, a produção agrícola e pecuária em larga escala era, no olhar da instituição militar, ‘praticamente inexistente’. A importância estratégica desta zona derivava, por isso, da acção dos movimentos nacionalistas que, a partir da Zâmbia, procuravam alcançar o planalto central angolano. O principal opositor nesta região era o MPLA, uma vez que a acção da UNITA era limitada pelo número reduzido de efectivos – estimados em cerca de quatro centenas pelos militares portugueses – e pela abertura a compromissos políticos.” (ANTUNES, 2015:127)

não poderemos, decerto, fazer mais nada do que tentar subsistir – o que não é muito aprazível (LOBO ANTUNES, 2005:24).

A apreensão de António Lobo Antunes neste trecho da carta se justificava pela realidade da região do extremo leste de Angola na década de 1970. Com um território marcado por fortes conflitos desde o começo da guerra em 1961, o leste de Angola é composto por quatro distritos próximos entre si (Moxico, Lunda, Bié e Cuando Cubango) e pela parte mais ao sul do distrito de Malanje,⁷⁰ região importante por sua proximidade com a costa atlântica. Nestes territórios Lobo Antunes passou a sobrevoar durante o primeiro ano de comissão, prestando assistência aos soldados portugueses surpreendidos por ataques “terroristas” ou vítimas do cotidiano da guerra.

Com partida no dia 22 de Janeiro para Gago Coutinho, o BART 3835 realiza uma viagem de “11 horas de camioneta através de sei lá de que estradas...” (LOBO ANTUNES, 2005:25) até Nova Lisboa, onde são incorporados mais 123 homens para o batalhão, que seriam distribuídos pelas companhias. De Nova Lisboa, partem novamente em viagem até Gago Coutinho, aonde chegam após sete dias de uma longa e cansativa viagem de dois mil quilômetros. Em carta do dia 27 de Janeiro de 1971, Lobo Antunes narra a “viagem apocalíptica” (LOBO ANTUNES, 2005:27) que o batalhão fizera entre Nova Lisboa e o Luso, e quais seriam as previsões para o futuro na guerra:

[...] partimos às 3 horas da manhã dia 22, em autocarros tipo Claras [“Empresa portuguesa de transportes da época”], de Luanda para Nova Lisboa, através de um cenário maravilhoso, mas que à 23ª hora começou a cansar-me. Chegámos de madrugada a Nova Lisboa, dormimos nas camionetas, e às 3 da tarde do dia 29 (ou 23?), depois de 600 km de autocarro, meteram-nos no comboio para o Luso: 2 dias de viagem em vagões de 4ª classe – essa famosa invenção dos ingleses para os habitantes do 3º mundo, e que a companhia dos caminhos de ferro de Benguela inglesmente adoptou –, em grandes molhos de pernas e de braços, de armas e de cabeças (LOBO ANTUNES, 2005:28).

[...] em princípio ficarei aqui 4 meses, e irei, semanalmente, de avião, ao Cessa e Mussuma, onde há 2 pelotões destacados. Nos 4 meses seguintes partirei para

⁷⁰ Cf. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos. *Os anos da guerra colonial*, 2010, p. 335. O distrito de Malanje, como nos informa Aniceto Afonso e Carlos Gomes, era importante pela localização e proximidade com a Companhia Diamang: “Para o Estado Português, o Leste de Angola eram a Diamang, a Companhia Mineira do Lobito (minas da Cassinga) e o Caminho-de-Ferro de Benguela, fontes de receitas e de relações com a alta finança mundial e instrumento de pressão com a Zâmbia”.

Ninda, ou Chiúme, onde estão as companhias operacionais, e andarei de um lado para o outro, na picada, de viatura (LOBO ANTUNES, 2005:29).

Logo ao chegar, ao primeiro contato com Gago Coutinho, Lobo Antunes escreve: “Isto é o fim do mundo: pântanos e areia. A pior zona de guerra de Angola [...]” (LOBO ANTUNES, 2005:29). A guerra começava para o médico alferes. Deslocando-se dia e noite entre os destacamentos do batalhão, vivenciando a precariedade da máquina de guerra portuguesa e as desvantagens dos soldados portugueses frente ao numeroso e motivado exército inimigo, além das condições inóspitas dos terrenos. As cartas pontuam momentos vivenciados por um jovem médico que, paulatinamente, relata a sua transformação individual em meio ao contexto de exceção. Nos dois anos seguintes de comissão, as cartas se tornaram o espaço de transposição da experiência singular para o território da escrita: fortes ataques aos aquartelamentos, explosões de minas, dilaceramento de tropas, baixas de soldados “camaradas” e a tensão constante pela proximidade do inimigo. Esses elementos foram, muitas vezes, reativados na ficção publicada pelo escritor a partir de 1979.

2.2.

O tempo da comissão e o tempo da escrita

Os primeiros pontos que podem ser destacados a partir de uma análise das *Cartas da Guerra* são a constante incerteza sobre as datas corretas para o recesso – momento de reencontro com a família – e as inúmeras oscilações entre a consciência do tempo para o fim da comissão. O fato de as *Cartas* serem, a princípio, uma tentativa de estar o mais próximo possível da sua companheira e dos seus familiares (de estar e de ser *presente*) torna-as registros individuais de momentos de ansiedade, que condensam os dois anos de investimento epistolar.

Ao lermos hoje essas cartas de maneira sequencial, tal como foram escritas e enviadas, identificamos uma temporalidade comprimida, que capta as vibrações de uma imensa incerteza relativa à durabilidade ou às temporalidades da guerra. As cartas revelam o descompasso entre um discurso de conscientização da durabilidade da missão militar, mesmo quando, na sua própria percepção do tempo, emerge uma esperança, como na carta do dia 10 de Março de 1971: “O

tempo continua a correr com a sua lentidão habitual, mas os meses que nos separam vão diminuindo, felizmente, dia a dia” (LOBO ANTUNES, 2005:88).

Dois meses após a sua partida, a sua escrita sustenta uma específica experiência do tempo, talvez semelhante à experiência do presidiário, ao registrar na superfície do texto o tempo que irrompe na própria escrita das cartas:

Os dias são horrorosamente iguais, e tenho de olhar para o calendário aos domingos, para ver que é domingo. Já tenho saudades de tomar banho de água quente, o que, provavelmente, só voltará a acontecer em Outubro (LOBO ANTUNES, 2005:44).

Ao contrário do que pensava a comissão apenas começa a contar dia 15, data da nossa chegada aqui, o que significa que os 9 dias de viagem não vão contar (LOBO ANTUNES, 2005:58).

Ao registrar que “faltam só 22 [meses] e meio, uma ninharia” (LOBO ANTUNES, 2005:65), Lobo Antunes procura atenuar o tempo que ainda falta cumprir em comissão, em vez de se lamentar ou se deixar abater pelo que ainda falta para o fim da missão. Este é um tempo íntimo, recluso no espaço privado entre dois jovens que se confortam pela escrita:

[...] já só faltam 103 semanas, todas curtas. Menos umas 10, de férias. Não é assim tão mau como isso (LOBO ANTUNES, 2005:19).

[...] depois de amanhã, já cá canta um mês e meio disto. Faltam apenas vinte e dois e meio o que já não é mau: a 15 de Janeiro de 1973 acaba esta saga, e, penso, partirei definitivamente para aí pouco depois, para começar uma estranha vida nova, cheio, decerto, pelo menos, de cicatrizes por dentro... (LOBO ANTUNES, 2005:64).

A distância que o impede de vivenciar os últimos meses da gravidez de sua companheira e a constante repetição do clima de pânico e horror, alternado com dias de tédio e monotonia, levam o médico alferes a imaginar o seu retorno a casa. O futuro começa a irromper como imagens da passagem do tempo, como incerteza e dúvida relativas ao período posterior ao regresso, o que demonstra que a carta também se desatualiza pela leitura que induz sobre o futuro:

Tudo estará diferente do que deixei: os carros, os penteados e os vestidos das mulheres, as modas, as casas. Devo ter a sensação de ter desembarcado no futuro, indo deste fim do mundo onde tudo permanece imutável e eterno. O negro, a paisagem, a guerra. Tenho a impressão que terei de aprender de novo

as maneiras civilizadas de estar à mesa, de cumprimentar, de me sentar, etc (LOBO ANTUNES, 2005:64).

Ou mais adiante:

O que me vale é que as férias se aproximam, *embora* lentamente (LOBO ANTUNES, 2005:106, grifo nosso).

Março está quase passado, Setembro aproxima-se, mas custa-me desejar que o tempo passe, quer dizer, custa-me ter de desejar que dois anos da minha vida desapareçam o mais depressa possível quando tenho tão pouco tempo para viver (LOBO ANTUNES, 2005:107).

Na primeira citação, nota-se o advérbio de modo *lentamente*, escolhido para acentuar a custosa passagem do tempo: desde o mês de Março, as férias – que só chegariam em Setembro, se chegassem – já estariam “se aproximando”. Dez dias depois da data desta carta, na carta do dia 27 de Março de 1971, Lobo Antunes descobre que as férias estão mais longe do que esperava. As contradições do que imagina sobre seu destino “no fim do mundo”, ou n’*Os cus de Judas*, e o que realmente sabe sobre a duração da missão militar em Angola é evidente nestas citações, o que reforça a ilusão do primeiro trecho. Os sentimentos ambíguos e confusos despertados pela guerra e os dois anos perdidos só podem ser sustentados com a intensa correspondência que estabelece com a sua mulher, na esperança de que a escrita reduza a distância a que o emissor se encontra de Portugal. A escrita sistemática das cartas criou, de aerograma para aerograma, um fio condutor quase romanesco, permitindo ao leitor “que participe por interposta pessoa num quotidiano desconhecido” (ANTUNES, 2015:368).

A preocupação com que estas cartas foram escritas, e que se assemelha à escrita diarística de um prisioneiro, permite que o emissor ou remetente, como um condenado “nesta prisão de arame, madeira e areia” (LOBO ANTUNES, 2005:185) elimine os dias que passam até à sua libertação. Contudo, com a passagem da comissão, a força, a energia e a ilusão vão cada vez se tornando mais escassas, substituídas por um realismo desiludido:

Faz hoje três meses que daí saí e que te vi pela última vez, e terei ainda de passar em Angola 8 vezes esse tempo (LOBO ANTUNES, 2005:118).

Todos os dias conto os dias que faltam para estar contigo, e que são menos de 150 já! Dia 15 de Maio fazemos 4 meses de comissão. 150 dias para te ver, e menos de 20 meses para me ir embora (LOBO ANTUNES, 2005:144).

Faz uma semana amanhã que aqui cheguei, e estou pronto a jurar que foi há 15 anos. É difícil avaliar o sacrifício que isto é. E o dia 27 de Setembro está tão longe como a Lua. Devo morrer de velhice antes disso (LOBO ANTUNES, 2005:145).

O tempo real parece intensificar-se à medida que o cansaço, as saudades e as várias incertezas começam a desumanizá-lo:

92 dias separam-nos. Todas as manhãs desconto um. Vivo desta aritmética da saudade (o quê? Outra vez?), a contar pelos dedos (LOBO ANTUNES, 2005:216).

[...] faltam 556 dias para isto acabar, o que é uma infinidade. E já começo a duvidar que isso aconteça. 89 para te ver [...] (LOBO ANTUNES, 2005:221).

Além das oscilações entre a consciência do tempo para o fim da comissão e o tempo íntimo nas cartas, as *Cartas* também revelam vários acontecimentos e experiências na guerra (que António Lobo Antunes viveu e que mantém em silêncio ou que cifra em diversos momentos) que apresentam um desencaixe com as práticas oficiais de gestão da linguagem do Estado Novo português. Um ótimo exemplo para este desencaixe é a sequência de cartas que Lobo Antunes envia a informar sobre “uns documentos interessantíssimos” que havia encontrado em um “acampamento terrorista”. A primeira carta em que informa esta descoberta é do dia 8/9 de Fevereiro de 1971:

Um dia destes mando-te uns documentos interessantíssimos que outro dia se apanharam aos terroristas durante uma acção. Como lá estava [...] apropriei-me de uns papéis curiosíssimos (LOBO ANTUNES, 2005:46-47).

Estes “papéis curiosíssimos” (LOBO ANTUNES, 2005:47) foram definidos na carta datada do dia 1 de Março de 1971. Seriam panfletos do Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA (ANEXO), que o amigo Catolo encontrou em uma operação:

[...] mando um caderno de aritmética russo e *dois livros de leitura do MPLA*, que constituem *documentos extremamente curiosos* e que dão um bocado que pensar. De resto a injustiça desses escritos é flagrante, para lá de qualquer

consideração política. Foram apreendidos pelo Catolo no decurso de uma operação, quando eu ainda o não conhecia embora já cá estivesse nesta terra, e achavam-se em poder de um comissário político num acampamento de que vi várias fotografias, com porta de armas e tudo, extremamente bem camuflado na mata (LOBO ANTUNES, 2005:72).

Repletos de ilustrações didáticas, fotos de tropas angolanas e lições de gramática portuguesa, os dois manuais ensinam através de fotos e frases⁷¹ de afirmação nacionalista a forma pela qual os jovens angolanos deveriam agir durante a sua guerra anticolonial, de libertação. Esses papéis subversivos foram enviados para Lisboa⁷² sem que a censura os apreendesse, o que nos leva a perceber que, nas primeiras cartas de Lobo Antunes, as descrições e comentários sobre a guerra são mais francos e abertos do que nas últimas, quando o autor passa a perceber que podia estar sendo vigiado, talvez como consequência do envio dos livros do MPLA, que o próprio escritor conta em entrevista para Ana Sousa Dias no programa *Por Outro Lado*, do canal RTP 2:

Logo depois [do envio dos panfletos para Maria José] aconteceu um episódio, isso não vou relatar, que me impediram de fazer. E depois desde a altura - aí não vem - ah, eu devo ter sido a única pessoa que antes do 25 de Abril, torturou um PIDE. E depois tive vários problemas, porque era proibido fazer dicionários das línguas. Eu estava a fazer um dicionário que me foi tirado. E depois começaram-me a olhar mal do comando da zona militar onde eu estava, do estado-maior, etc., e portanto tive de começar a ser muito mais cauteloso.⁷³

2.3.

O desconforto com a guerra e a tensão do ataque iminente

Há tantas coisas para contar de tudo isso, desta terra de areia, bananeiras e pântanos!

António Lobo Antunes

⁷¹ Como, por exemplo: “O colonialismo é inimigo do povo”; “O colonialismo português domina a nossa terra”; “O povo unido luta contra o colonialismo”; “Angola é dos angolanos”; “O povo de Angola deve dirigir o país”; “Com a independência completa o povo dirigirá Angola” e etc.

⁷² Não bastasse a recolha e o envio destes papéis, Lobo Antunes ainda perguntará na carta do dia 7 de Abril de 1971: “A propósito, que disseram aí das cartilhas do MPLA?” (LOBO ANTUNES, 2005:120).

⁷³ LOBO ANTUNES, António. Entrevista concedida a Ana Sousa Dias no programa *Por Outro Lado*, Episódio n.14, 2006. A transcrição da entrevista está disponível em: <http://antonioloboantunesnaweb.blogspot.com.br/2006/04/rtp-2-por-outro-lado.html>

Como já foi demonstrado, a guerra é pautada, desde o início, pela separação do jovem Lobo Antunes de sua família, pelo temor com o cotidiano da guerra colonial e pela ansiedade e incerteza com o futuro da Comissão. Os primeiros dias em Gago Coutinho⁷⁴ são marcados pela angústia de saber se e quando irá voltar para Portugal e, conseqüentemente, pelo arrependimento de não ter vivido, até ali, mais intensamente a vida: “sinto-me tão arrependido de não termos ido dançar mais vezes” (LOBO ANTUNES, 2005:18). As primeiras impressões da guerra resumem-se a “um sentimento de perda irreparável” (LOBO ANTUNES, 2005:23), agravando-se à medida que se aproximam de Gago Coutinho. Com a chegada à zona de operação, Lobo Antunes declara: “começou a guerra a sério para nós” (LOBO ANTUNES, 2005:35). As primeiras narrativas já descrevem o desconforto com que as tropas terão de se acostumar pelos próximos dois anos, marcados, entre outros fatores, pelo perigo iminente. Sucessivas são as descrições de tensão no teatro da guerra:

E depois veio o inferno, ou inferno maior, o sétimo inferno inversamente comparável ao 7º céu de Maomé: agarram em nós e meteram-nos em camionetas de carga para os 500 km minados que separam Luso de Gago Coutinho: dois bate-minas à frente [...] e depois uma extensa fila de carros, onde seguíamos de arma apontada *numa tensão de ataque iminente* (LOBO ANTUNES, 2005:29, grifo nosso).

Mais três minas, de novo sem conseqüências, e algumas mulheres e crianças capturadas. O resto é a tensão do costume, *à espera de um ataque que felizmente não tem vindo, apesar das ameaças deles na rádio de que vão arrasar Gago Coutinho*. Ao mínimo estalido todos nos sobressaltamos [...] (LOBO ANTUNES, 2005:44, grifo nosso).

Mais 3 minas, felizmente sem conseqüências – o terreno arenoso dispersa um bocado a potência da explosão -, uma espécie de flagelação, apenas por armas ligeiras, e portanto, inocente, aqui a Gago Coutinho, e, sobretudo, muitas ameaças escritas deixadas na picada (LOBO ANTUNES, 2005:42).

⁷⁴ Cf. LOBO ANTUNES, 2005:51. Na carta do dia 13.2.71, quando Lobo Antunes faz uma das descrições de Gago Coutinho à interlocutora: “[...] para fazeres uma ideia do sítio em que me encontro basta dizer que um cabo, que estava em Nambuango, foi castigado por uma coisa qualquer e mandado, de castigo, para aqui! Não me tinha apercebido que isto fosse assim tão mau, palavra. Mas deve ser, porque um dos capitães, um tipo muito simpático e fino chamado Basto, leva a vida a dizer que preferia mil vezes estar na Guiné – onde, de resto, já passou 4 anos. E os oficiais que conheceram outros sítios, que de nome pensava serem horríveis, suspiram todo o dia por eles...”.

O desconhecimento do território e a falta de estrutura para detectar a presença de inimigos nas proximidades obrigavam a todos a uma espécie de estado permanente de alerta, “que ao menor barulho escutado armas eram empunhadas” (ANTUNES, 2015:207). Não bastasse o solo forrado de minas e o medo de prováveis ataques, o dia a dia da guerra também estava marcado pelas ameaças radiofônicas do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), pelas emboscadas que o exército português sofria nos constantes deslocamentos e na percepção de que estavam em desvantagem em número de homens e de armas⁷⁵ frente ao inimigo.

A precariedade da infraestrutura militar portuguesa e o sucateamento dos transportes, com os caminhões que partem a direção e atiram-se à vala (LOBO ANTUNES, 2005:29), os aviões que “passam a tossir” (LOBO ANTUNES, 2005:36) e as “minúsculas pistas precárias” (LOBO ANTUNES, 2005:32) de voo, tornavam a guerra um evento que estava além da capacidade daqueles que partiam “ao fim do mundo” (LOBO ANTUNES, 2005:97):

É incrível a guerra que aqui fazemos, sozinhos e sem meios, contra um inimigo cada vez mais numeroso e bem preparado. E pensava eu vir para uma zona de sossego, onde apenas se punha o problema do isolamento, da solidão e das saudades! [...] Mas, atirar conosco para este vespeiro nos confins do deserto, onde tudo falta e nada há é realmente doloroso, sobretudo para os soldados. Neste ritmo, que já de início, levamos, quantos chegarão ao fim? (LOBO ANTUNES, 2005:48).

Esta passagem demonstra a capacidade que essas cartas têm de revelar as condições enfrentadas pelos militares portugueses nas guerras coloniais. Enquanto a propaganda oficial portuguesa se ocupava de fazer circular discretamente a ideia de que a supremacia portuguesa nos espaços africanos era uma nobre missão patriótica e civilizatória, as anotações de Lobo Antunes captam uma outra realidade, evidenciando a precariedade da estrutura com que os militares contavam para tentar resistir ao conflito. As notícias que vão chegando aos poucos, a partir do dia 7 de Fevereiro de 1971, sobre uma ocorrência envolvendo os trinta homens que estavam alocados no distrito de Mussuma e não respondiam

⁷⁵ Como Lobo Antunes registra na carta de 5.2.71: “[...] os tipos já estão melhor armados do que nós, com canhões sem recuo e morteiros 82, que nós não temos” (LOBO ANTUNES, 2005:42).

aos chamados da base de comando, em Gago Coutinho, pode oferecer uma versão que contrasta com o discurso oficial português:

[...] andamos todos um bocado preocupados: os 30 infelizes que estão em Mussuma junto à Zâmbia, [...] não respondem a chamada nenhuma. Vai partir agora daqui uma coluna de socorro, todos de lenços vermelhos ao pescoço como na Sierra Maestra (LOBO ANTUNES, 2005:45-46).

Quatro dias depois, em 11 de Fevereiro de 1971, após outros momentos de aflição, Lobo Antunes informa a sua correspondente do caso que envolveu os homens de Mussuma: “[...] o grupo perdido foi finalmente detectado e salvo, e o comandante distribuiu whisky aos oficiais para comemorar o facto” (LOBO ANTUNES, 2005:50).

No dia 9 de Fevereiro, no interregno das notícias enviadas sobre Mussuma, toda a tropa em Gago Coutinho acordou no meio da noite “ao som de tiros” (LOBO ANTUNES, 2005:47), precisando ser evacuada, no dia seguinte, para o Luso, no avião próprio para estes deslocamentos. No entanto, enquanto transferiam os feridos, já em viagem, Lobo Antunes relata que o comboio sofreu “uma emboscada à metralhadora e à granada” (LOBO ANTUNES, 2005:48):

[...] e aqueles estúpidos, em vez de responderem dispersaram. Ficaram 5 que conseguiram trazer os 3 feridos depois de uma caminhada de 36 horas, nas chanas e nas dunas. Deve ter sido uma aventura horrível. Entretanto, o resto do grupo de combate anda perdido, e reina aqui uma febre de excitação enervada. Provavelmente, pensa-se, foram já aprisionados, e, ficamos assim, cheios de baixas (LOBO ANTUNES, 2005:48).

E na carta do dia 11 de Fevereiro de 1971, informa do triste desfecho do caso:

Dos feridos gravíssimos de ontem – três sujeitos cheios de balas – não há notícias, mas espero que se salvem. Entretanto, o morto – o guia – foi abandonado na mata às feras (LOBO ANTUNES, 2005:50).

As ameaças psicológicas que os “terroristas” impunham aos portugueses eram também formas específicas de enfraquecer o inimigo. Nas proximidades do aniversário do MPLA, em 4 de Fevereiro de 1971, as ameaças começam a crescer ao ponto de Lobo Antunes escrever, em uma das cartas, que: “encontraram-se, por aqui, papelada vária anunciando ataques para os dias 3, 4 e 5, em que se

comemora o aniversário do MPLA” (LOBO ANTUNES, 2005:36). De Ninda, Lobo Antunes relata em 2 de Fevereiro de 1971:

Hoje, estava em Ninda, fazendo *a consulta dos nativos* quando ouvi um estrondo abafar e uma subida de fumo. Uma mina tinha acabado de rebentar debaixo de uma viatura nossa, com seis feridos, felizmente pouco graves. O ataque à morteirada, acabou por ter poucas consequências devido a uma sorte incrível. Havia estilhaços por todo o lado. Um deles foi entrar no quarto de um oficial e partiu o fio do candeeiro meio metro acima da cabeça dele. A rádio da Zâmbia, que ouvimos todas as noites, declarou ter feito 3 mortos e 16 feridos, e anuncia para amanhã, dia 4, aniversário do MPLA, o nosso total aniquilamento (LOBO ANTUNES, 2005:39, grifo meu).

As repetidas ameaças, por escrito ou pelo rádio da Zâmbia, de ataques do MPLA faziam com que, no próprio dia 4 de Fevereiro, as tropas portuguesas ficassem em alerta máximo:

O tempo continua a passar com uma lentidão de conta-gotas, e hoje, aniversário do MPLA, vivemos numa prevenção enérgica e vagamente aflita. [...] É agora à noite, e há gente armada por todo o lado, holofotes e fogueiras, como uma espécie africana e guerreira de São João (LOBO ANTUNES, 2005:40).

A guerra que, aos poucos, vai se tornando “imutável, petrificada” (LOBO ANTUNES, 2005:410)⁷⁶, começa a alterar aqueles que lá estão. Os ataques permanecem, mas “começa[m] a tornar-se apenas um hábito incómodo” (LOBO ANTUNES, 2005:189). À medida que o tempo de comissão vai passando e Lobo Antunes vai se acostumando às situações de guerra, com explosões de mina, ataques de metralhadora e noites mal dormidas, o desgaste do conflito vai se acumulando. Com a distância temporal em relação aos entes queridos, e com as várias incertezas, das quais se destacam a mudança para locais de maior operacionalidade da guerra, vai-se percebendo que, efetivamente, já não é possível voltar a ser o mesmo. As cartas, cada vez mais, tornam-se “a coisa mais importante que aqui temos” (LOBO ANTUNES, 2005:77). A violência extrema da guerra, que por ser médico Lobo Antunes vivencia na sua potência, começa a ganhar maiores descrições nos escritos, numa maneira de extravasar imagens da sua consciência:

⁷⁶ Cf. LOBO ANTUNES, 2005:416. “A minha vida rola com a monotonia habitual. Depois de uma tremenda agitação guerreira tudo voltou mansamente à paz inicial, as tropas de reforço partiram, o comandante foi-se.”

[...] ontem [6.2.71] amputei 2 dedos e abri um fleimão no braço, de onde jorrou pus como água da rocha de Moisés (LOBO ANTUNES, 2005:45).

Ontem [16.3.71], guerra acesa: um very-light à noite, deles, sobre Gago Coutinho, que pôs tudo em polvorosa: saída do piquete, uma boa hora de expectativa excitada. Hoje mais uma mina: 10 feridos, um deles com suspeita de fractura da coluna cervical (LOBO ANTUNES, 2005:95).

“Estive [19.3.71] na picada de volta de vários feridos gravíssimos” (LOBO ANTUNES, 2005:95).

Este terceiro excerto é o começo de uma das cartas mais claras e descritivas do que foi a guerra colonial em Angola, na perspectiva aqui examinada, a de Lobo Antunes. Escrita no dia 20 de Março de 1971, um sábado, após o longo retorno da viagem até uma mata densa nos arredores de Gago Coutinho, onde feridos portugueses haviam sofrido ataques do MPLA, Lobo Antunes descreve de forma precisa a situação que encontrou na região:

A mata era tão densa que nos batia na cara, e a tensão constante. Um dos feridos não tinha uma perna já, e a única frase que ele dizia era o meu pai quando souber mata-se, o meu pai quando souber mata-se. Outro estava cego, e outro cheio de estilhaços, um negro, e rezava em voz alta. Nunca mais hei-de esquecer disto. À luz de lâmpadas de bolso, fiz o que pude – o coto da perna tinha um aspecto horrível -, e empreendemos uma longa viagem de regresso (60 km) através de uma picada arenosa, cortada pelas chanas de vez em quando. Os turras tinham entretanto dinamitado uma ponte [...] (LOBO ANTUNES, 2005:96).

E continua:

Não tive medo, graças a Deus, a nossa vida aqui é tão precária e tumultuosa que não tenho tempo para isso. [...] À chegada o amputado entrou em choque. Demos-lhe 6 litros de sangue (os voluntários formavam bicha para dar sangue, não houve ninguém que se não oferecesse), hipertensores em doses de cavalo, etc. A perna estava horrível. Os estilhaços que o outro tinha eram: um no peito, que era o olho de metal por onde o atacante passa na bota, e o do cotovelo um pedaço de osso. Ambos pertenciam ao pé desaparecido do amputado, e, com a explosão, tinham-se cravado no corpo outro. [...] Após 7 horas de trabalho horrível, meti-me com ele num avião DO e fomos para o Luso. 2 horas de viagem (LOBO ANTUNES, 2005:96).

A força que víamos no início parece se diluir na passagem dos dias. Se, de início, havia uma sobreposição das coisas mais importantes (a mulher, a filha que esperava, os amigos, a família, a escrita), mesclada às notícias dos desastres, essa saudade começa a dar lugar à exaltação dos “camaradas” – aquilo que poderia

chamar de família na guerra – ou à pura tristeza e incompreensão de sua situação. O ânimo vai-se deteriorando, e esta perda é notada na forma como a guerra é lida pelo médico, como um custo:

Nunca isto me custou tanto. Nunca isto me custou tanto. Nunca isto me custou tanto (LOBO ANTUNES, 2005:194).

[...] eu estou farto de tudo. [...] Apetece-me bater em tudo o que encontro, a murro e a pontapé (LOBO ANTUNES, 2005:228).

[...] o alarme nocturno provocado pelo aparecimento de luzes estranhas na mata. Esta expectativa tira-me anos de vida (LOBO ANTUNES, 2005: 254).

Nunca passei por uma depressão tão profunda, tão desagradável, tão cheia de sofrimento. Ontem, sentado a esta mesma mesa, chorei um bocadinho... Sei lá porquê! Por tudo – acho (LOBO ANTUNES, 2005:258).

Tudo na mesma, isto é, a monotonia, a solidão, a depressão, a saudade (LOBO ANTUNES, 2005:258).

Em carta do dia 19 de Abril de 1971, o jovem escritor reproduz o desapontamento com as práticas portuguesas na guerra colonial. Nesta carta, ele menciona o processo de “silenciação progressiva” que a guerra impõe àqueles que dela participam. A vida de exilado dos soldados, tantas vezes mencionada por Lobo Antunes, é uma forma de silenciar aqueles homens “em relação a tudo” (LOBO ANTUNES, 2005:134). Silenciar em aspectos que o próprio discurso oficial tentou deixar no escuro (ou negar) e que emergem na superfície das cartas: o uso do *napalm* na guerra colonial em Angola⁷⁷; o apoio de aviadores franceses⁷⁸ e a participação dos sul-africanos⁷⁹ ao lado dos portugueses na guerra são informações que não podiam ser assumidas pelo regime português e que estão

⁷⁷ Cf. LOBO ANTUNES, 2005: 104. Na carta do dia 24.3.71 Lobo Antunes comenta, da forma mais banal que o cotidiano violento de uma guerra poderia proporcionar, o bombardeio que os portugueses fariam em uma região de Angola: “Logo à tarde vou passear de T6 (os aviões de guerra que aqui há) só pelo prazer que terei nisso. Eles vão bombardear o Chalala-Nengo com *napalm* e não vou perder uma coisa dessas”. O uso do *napalm* na guerra colonial e a divisão entre os próprios militares portugueses sobre a verdade ou não da utilização da bomba pode ser acessado em: (ANTUNES, 2015:192).

⁷⁸ Cf. LOBO ANTUNES, 2005:54. Na carta do dia 15.2.71: “[...] o nosso exército prolifera e vive no meio de uma confusão e de uma desordem indescritíveis. Trata-se de uma coisa bastante grande, com tropas helitransportadas, em que colaboram aviadores franceses (!)”.

⁷⁹ Cf. LOBO ANTUNES, 2005:101. Na carta do dia 23.3.71: “Domingo passado ouvi aqui, entre silvos, interferências, desmaios, e os passarinhos da África do Sul – quando não está a transmitir, a rádio dos ‘primos’ (nome de código dos sul-africanos) emite gorjeios constantes [...]”.

registradas nas cartas examinadas. É neste sentido que chamamos a atenção para o fato de que essas cartas produzem fendas, rupturas, fissuras no tecido coeso das narrativas oficiais.

Do mesmo modo, o médico alferes observa, na carta do dia 21 de Março de 1971, a presença colonial em Luanda, em contraponto à sedução exercida pela África, manifestando repulsa pelo elitismo, de pose ativa e colonialista com que se encaram, inclusive, os indivíduos portugueses⁸⁰:

O que irrita é ver as revistas angolanas, de Luanda, cheias de fotografias de bailes e de festas e de eleições de misses, enquanto nós, que nada temos com eles, que pertencemos ao puto, como eles dizem com desprezo, estamos aqui a pôr os testículos no lume por eles. Não pormenorizo muito isto porque [sic], mas os brancos locais, sobretudo os das cidades, são de um tipo de novoriquismo saloio e soberbo, verdadeiramente insuportável. [...] Não merecem a terra extraordinária em que vivem, e, julgo, não a sabem, sequer, apreciar (LOBO ANTUNES, 2005:98).

Nessa descrição, vemos como Luanda exala indiferença pela guerra, como se estivesse alheia a ela. Sutilmente, Lobo Antunes revela-se contra os malefícios do colonialismo e levanta o véu sobre a situação de ruptura que então se estabeleceu com a guerra colonial. A revelação, pelas cartas, daquela sociedade de lazer e de ócio, é tornada pública nas revistas como uma espécie de paraíso que interessaria à propaganda do Estado Novo, que retirava de cena a guerra. Nas *Cartas da Guerra*, entendemos a ausência da guerra da mentalidade portuguesa e a discriminação com que eram encarados os soldados que iam combater. Um exemplo é a carta de 5 de Março de 1971:

Em torno deste núcleo social heterogêneo [população branca da tropa portuguesa em Gago Coutinho] gravitam 6.000 negros, dos quais uma boa fracção [...] vivem da indústria da guerra, combatendo mais ou menos ao lado da tropa na nobilíssima missão de defesa do solo pátrio. E digo mais ou menos porque por vezes há mudança de agulhas, e estes patriotas convictos escapam-se para a mata e resolvem, sem razão aparente, passar a matar-nos a nós. Suponho que será uma questão de disposição momentânea (LOBO ANTUNES, 2005:78).

⁸⁰ A carta do dia 6.3.71 é importante no que tange a descrição feita por Lobo Antunes sobre os “turras”, a gíria para terroristas. Ver em: (LOBO ANTUNES, 2005, p. 79).

Através das cartas, temos a possibilidade de observar a forma como os soldados aprendiam que aquela era uma guerra que não fazia sentido⁸¹, e, de outro modo, que a razão estava do outro lado: “Muito pouco se fez por esta abandonada e pobre gente, e em parte sem culpa – por falta de meios” (LOBO ANTUNES, 2005:129). Neste ponto a mudança do ideal luso-tropicalista⁸², de democracia racial induzida pelo regime português é questionada por Lobo Antunes,⁸³ desmistificando o “sonho de um país harmoniosamente plurirracial” (ANTUNES, 2015:170). Na carta do dia 15 de Abril de 1971, Lobo Antunes expõe de forma ainda mais clara os limites da vocação expansionista da nação portuguesa pelo mundo e a contestação a este pensamento com a realidade da guerra:

Esta minha longa estadia em África tem-me feito ver que a criação de uma ‘comunidade plurirracial’, ou antes uma miscigenação, seria possível com a generosidade e inteligência, e sobretudo com tacto, construir aqui e em Moçambique uma espécie de Brasis, com o aparecimento do mulato, ou de todas as graduações de mestiçagem, e de uma integração perfeita. Seria possível – se não fosse já tarde. Muito pouco se fez por esta abandonada e pobre gente, e em parte sem culpa – por falta de meios. Mas o racismo existe em muita gente, que despreza ‘o preto’ e o trata como se fosse uma sub-espécie quase humana, mas mesmo assim subsidiária. [...] Não existe, é claro, uma mentalidade política ao nível do homem comum, e quase todos odeiam a guerra porque lhes traz apenas complicações e perigos, divididos entre duas ameaças, duas facções e duas tutelas. A verdade é que, com todos os seus defeitos, o exército tem tido um trabalho meritório, e nunca vi, da parte de qualquer militar, um acto menos digno em relação às populações. Tudo isto que acabo de dizer é verdade, para além de quaisquer ideias políticas que eu tenha, ou opiniões. Defeituoso, mal organizado, sem meios, muitas vezes sem senso nem inteligência, o exército tem feito uma obra social muito mais importante do que as autoridades civis, e isso deve-se, quase sempre, à acção pessoal dos soldados anónimos e dos médicos (LOBO ANTUNES, 2005:128-129).

⁸¹ Cf. LOBO ANTUNES, 2005:129. “Defeituoso, mal organizado, sem meios, muitas vezes sem senso nem inteligência, o exército tem feito uma obra social muito mais importante do que as autoridades civis, e isso deve-se, quase sempre, à acção pessoal dos soldados anónimos e dos médicos”.

⁸² Como explica Ana Margarida Fonseca sobre o ideal luso-tropicalista: “pretendia[m] ver no cruzamento de raças a prova da ausência de racismo do colonialismo português” (FONSECA, 2003:289).

⁸³ Cf. LOBO ANTUNES, 2005:161. “Começo a compreender que não se pode viver sem uma consciência política da vida: a minha estadia aqui tem-me aberto os olhos para muita coisa que se não pode dizer por carta. Isto é terrível – e trágico. Todos os dias me comovo e me indigno com o que vejo e com o que sei e estou sinceramente disposto a sacrificar a minha comodidade – e algo mais, se for necessário – pelo que considero importante e justo. O meu instinto conservador e comodista tem evoluído muito, e o ponteiro desloca-se, dia a dia, para a esquerda: não posso continuar a viver como o tenho feito até aqui”.

Esta é a guerra que o discurso oficial silenciava. Uma guerra plena de ações de combate, com missões de patrulhamento e emboscada, resgate e fuga. Por isso, António Lobo Antunes fala-nos de si e dos soldados que o acompanhavam, como se temesse ver naqueles soldados metralhados um espelho do que lhe poderia acontecer, ou como se, através dele, pudéssemos ver os outros, uma geração inteira de portugueses enviados à guerra. Desta forma, escreve como quem implora que Maria José leia uma de suas cartas à família:

Quero que saibam que estes rapazes são formidáveis de dedicação e de coragem. Quando partimos [de uma operação nas matas ao redor de Gago Coutinho] rodearam o avião, e muitos tinham os olhos cheios de lágrimas (LOBO ANTUNES, 2005:97).

2.4.

As redes de sociabilidade: os amigos António Catolo e o capitão Ernesto Melo Antunes

Para um real entendimento sobre o quadro de imagens revelado pelas *Cartas da Guerra* de António Lobo Antunes, não devemos nos ater, somente, aos relatos de violência, sucateamento e tensão do cotidiano na guerra. Em face da complexidade do que foi a guerra colonial, as cartas expõem também toda uma realidade que parecia distante no contexto de solidão e angústia: a grande rede de sociabilidade que se formou entre os soldados portugueses durante a comissão. Mais do que isso, Lobo Antunes oferece à interlocutora uma visão altamente positiva sobre personagens africanas que o discurso oficial ignorava, como, por exemplo: os sobas e ex-turras que abandonaram a guerra.

Em relação aos camaradas da guerra, Lobo Antunes tece inúmeros elogios à bravura daqueles homens, que, sem meios e em desvantagem, conseguiam manter um equilíbrio de forças na guerra. Até a ida à guerra acaba sendo revista pela amizade e pelo companheirismo que se formava entre os soldados:

[...] não estou arrependido de para aqui ter vindo porque, vale a pena viver esses momentos [da violência da guerra], ver a camaradagem destes homens voluntários para tudo, que vivem nas piores condições e se comportam com uma generosidade admirável. Tenho nalguns deles amigos de uma fidelidade quase canina, e muitos me queriam proteger, e tinham para mim cuidados maternos enternecedores. Tenho tudo o que quero destes rapazes fantásticos (LOBO ANTUNES, 2005:96).

O ambiente é óptimo por causa deles, do seu espírito de sacrifício e da sua coragem, e eu não posso senão tentar imitá-los o melhor que sei. Vale a pena estar aqui só por isso. Não estou a ser patético nem piegas, é a verdade (LOBO ANTUNES, 2005:97).

Duas figuras se destacam no conjunto de cartas para demonstrar a amizade e a solidariedade na guerra: o ex-furriel e Flecha⁸⁴ António Catolo e o capitão Ernesto Melo Antunes. Este último, Lobo Antunes conhecerá na última viagem obrigatória do primeiro ano de comissão, quando parte por 4 meses para o distrito de Ninda. Capitão e responsável pela Companhia de Artilharia 3314, Ernesto Melo Antunes será uma das figuras mais marcantes que Lobo Antunes conhecerá na guerra, principalmente pelo fato de os dois se reconhecerem nos gostos literários, fator que proporcionará a Melo Antunes ler e avaliar os escritos literários do médico. O relato que faz da figura do capitão evidencia a empatia que os dois tiveram desde o início:

[...] o capitão [Ernesto Melo Antunes] é um homem extraordinário (foi o único oficial do Exército candidato pela CDE às últimas eleições), extremamente inteligente e culto, com quem fico sempre a conversar até tarde, porque coincide comigo. Tem-me emprestado livros e revistas, e jogamos todas as noites o nosso xadrez. Ele joga lindamente, e vai-me ensinando novas aberturas e defesas, a abertura Smirnoff, a defesa indiana do rei, etc (LOBO ANTUNES, 2005:140-141).

O capitão [Ernesto Melo Antunes] (que está, de resto, para ser também promovido a major) é um homem notável, de uma inteligência fora de série e de uma cultura política vastíssima. Foi candidato pela CDE às últimas eleições. Parece-se com o Edward G. Robinson em alto, e é um homem de extrema educação e delicadeza, com quem tenho conversas intermináveis e com quem jogo xadrez (Ele joga muito bem) (LOBO ANTUNES, 2005:154).

Com relação ao Catolo, descrito⁸⁵ por Lobo Antunes como “um personagem saído do Cais da Baía, uma espécie de Cabo Martim do Jorge Amado, jovial, bem disposto, malandríssimo” (LOBO ANTUNES, 2005:102), o ex-Flecha foi uma das grandes amizades que o médico encontrou no teatro de

⁸⁴ Cf. LOBO ANTUNES, 2005:430. Os *Flechas* foram forças de operações especiais treinadas pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), criadas, especialmente, para atuar na guerra colonial de Angola. A importância deste grupamento paramilitar consistia na peculiaridade da sua formação: a PIDE selecionava apenas os nativos considerados dissidentes.

⁸⁵ Na carta do dia 23.3.71 Lobo Antunes faz um grande retrato por escrito do amigo Catolo. Ver em: LOBO ANTUNES, 2005:102.

operações de guerra, tornando-se uma personagem importante na transformação de Lobo Antunes na experiência da guerra. Foi Catolo que ensinou quimbundo ao médico, numa poderosa condensação em que um angolano ensina a um português sua língua reinventada (quimbundo) e, em determinado momento, revela outra visão sobre Portugal, que só poderia ser realizada sobre o prisma de um estrangeiro:

O Catolo contou-me impagavelmente a sua estadia em Lisboa quando recebeu o prémio Governador Geral [prémio dado ao africano que se distinguisse por feitos de arma], estadia que é, por si só, melhor que todos os romances de Jorge Amado, durante a qual lhe aconteceram as coisas mais inconcebíveis do mundo (LOBO ANTUNES, 2005:68).

Lobo Antunes relata, na carta do dia 28 de Fevereiro de 1971, durante “jantar a casa do Catolo, com a mulher dele, a Domingas, e o outro meu amigo, o Machai”, o que aprendeu sobre sua própria cidade (a Lisboa que julgava conhecer, mas que é mais conhecida pelo amigo angolano):

[...] puseram-no [quando Catolo foi receber o prémio] numa pensão da Praça da Figueira sozinho, e como ele, da janela, via sempre gente a andar nas ruas (“tudo branco, nenhuns preto”) cuidou que era dia sempre e andou seis dias sem dormir, pelas ruas, para não ficar atrás dos outros: “ninguém dormes, eu não podia dormir”, etc etc etc (LOBO ANTUNES, 2005:68-69).

Com Machai, Catolo, o capitão Chinóia Camanga,⁸⁶ Cirilo e outros amigos negros do “fim do mundo”, Lobo Antunes aprende a conhecer Angola e suas personagens peculiares. Uma delas terá papel importante nos relatos epistolares: os sobas. Como comenta em carta para a sua companheira no dia 6 de Março, “há cerca de vinte e oito sobas cheios de mulheres, a maior parte deles, de resto, a cair da tripeça, com grandes barrigas e juba e barbicha dignatárias” (LOBO ANTUNES, 2005:79). Estes sobas – descritos como personalidades de um mundo

⁸⁶ Ex-capitão da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), Chinóia Camanga é descrito em algumas cartas como um grande amigo dos portugueses, mas que vive em decadência pelo alcoolismo. Como, por exemplo, nos trechos a seguir: “[...] Chinóia Camanga, ex-capitão da Unitas, não deve ter feito grande coisa porque cada vez anda mais bêbado. Ainda ontem o fui buscar a uma tasca pomposamente chamada Clube Recreativo por onde ele andava aos tomboos diante de uma pequena multidão respeitosa, porque, apesar de tudo, o seu prestígio é grande, pela sua condição de guerreiro proeminente” (LOBO ANTUNES, 2005:73); “[...] hoje há um [merengue] em minha honra no quimbo da Unitas, organizado pelo ex-turra e meu irmão de sangue Chinóia Camanga, o sujeito mais tenebroso e alcoólico que eu conheço” (LOBO ANTUNES, 2005:79-80).

em decadência⁸⁷ – foram referidos em diferentes momentos nas cartas como figuras paralelas à realidade da guerra, fantasmas de uma cultura que os portugueses transformaram.

Através destas redes de sociabilidade que as cartas expõem, podemos perceber que o cotidiano da guerra colonial foi muito mais complexo do que se poderia imaginar.

⁸⁷ Cf. LOBO ANTUNES, 2005:114. “Os sobas, Lumai, Celua, Caeito, etc, não constituem já mais do que meras personagens decorativas, que se limitam a servir de intermediários entre a administração e as sanzalas, transmitindo ordens. É-se igualmente soba segundo uma linha dinástica imemorial, que, por aqui, se faz de pai para filho, ao contrário da descendência pelas mulheres de que o Castro Soromenho tanto fala e que julgo ser generalizada a quase toda a África”.

3

António Lobo Antunes: o “último leitor” da Guerra Colonial

A guerra é uma metáfora da experiência pura e é ao mesmo tempo um tema.

Ricardo Piglia

3.1.

O “último leitor” e a personificação narrativa nas cartas

No livro de ensaios *O último leitor* (2006), o escritor e crítico literário argentino Ricardo Piglia seleciona diferentes escritores – Jorge Luís Borges, Franz Kafka, Ernesto Che Guevara e James Joyce – e personagens de ficção – Dom Quixote, Anna Kariênina, Robinson Crusoe, Auguste Dupin, Juan Dahlmann, Emma Bovary e Stephen Dedalus –, e cenas marcantes da história literária do Ocidente para explorar a figura do leitor que faz do ato da leitura a construção da sua própria experiência, dedicando-se à decifração e à compreensão da palavra escrita – entre a realidade e a ficção. Esta modalidade de leitor, segundo Ricardo Piglia, se caracteriza por ser compulsivo, extremo e, por que não, decifrador⁸⁸, e lê para tentar compreender seu próprio destino, sua história e o narrado.

O primeiro modelo do que “poderia ser a primeira imagem do último leitor” escolhido por Piglia é o escritor argentino Jorge Luís Borges, “aquele que passou a vida inteira lendo, [...] que queimou os olhos na luz da lâmpada”

⁸⁸ Cf. PIGLIA, Ricardo. “Prólogo”. In: *O último leitor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 11-17. Ricardo Piglia distingue o leitor-decifrador do leitor comum, ou seja, o leitor que não está representado como personagem nos livros. Este leitor comum é apresentado a nós pelo narrador do *Prólogo* do “O último leitor”, no qual expõe uma história, de que muito ouviu falar sobre um “homem que, numa casa do bairro de Flores, esconde a réplica de uma cidade em que trabalha há anos” (PIGLIA, 2006:11). Como um *aleph*, “pequena esfera furta cor” que condensa o universo, esta réplica “não é um mapa nem uma maquete, é uma máquina sinóptica; toda a cidade está ali, concentrada em si mesma, reduzida a sua essência” (Idem, 2006:11). O dono desta cidade condensada é, tudo indica, Russell, um fotógrafo que dedica sua vida a reconstruir, paulatinamente, os bairros da cidade. Através deste *Prólogo*, Piglia expõe qual a função da leitura: “o fotógrafo reproduz na contemplação da cidade [na sua réplica] o ato de ler” (PIGLIA, 2006:12).

(PIGLIA, 2006:19). Borges⁸⁹ afirmou que era muito mais devedor dos livros que havia lido do que daqueles que tinha escrito: “acho que o que li é muito mais importante que o que escrevi” (BORGES, 2001:103). Sua paixão pelos livros e pelas leituras – pode-se pensar, por exemplo, nos contos do livro *Ficções* (1994)⁹⁰ – forneceu-lhe uma marca bastante singular no mundo das letras, inaugurando uma espécie de estilo de crítica literária que valoriza acima de tudo o prazer da leitura⁹¹. Afirmações como “tenho para mim que sou essencialmente um leitor” (BORGES, 2001:103) evidenciam o outro lado do exercício de escrever – o de ler – e ler, antes de tudo, para Borges, “é uma arte da distância e da escala” (PIGLIA, 2006:20), é uma ação que pressupõe liberdade. É neste sentido que podemos pensar a leitura como um trabalho de detetive⁹², no qual o leitor (bem como o crítico literário), ao estilo de Sherlock Holmes, vai à busca das pistas deixadas pelos livros.

No caminho traçado por Borges, encontramos outros críticos literários – também escritores de ficção – que pensaram a escrita e a leitura de forma semelhante, como, por exemplo: Alberto Manguel, Ítalo Calvino e o próprio Ricardo Piglia. Estes “leitores viciados”, para utilizar uma expressão de Piglia, se preocuparam em fazer do ato da leitura um *continuum* do ato de viver⁹³, e se esforçaram para colocar em seus estudos a percepção de que “nesse universo saturado de livros, em que tudo está escrito, só é possível reler, ler de outro modo” (PIGLIA, 2006:27).

⁸⁹ BORGES, Jorge Luís. *Esse ofício do verso*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

⁹⁰ BORGES, Jorge Luís. *Ficções* (1944). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁹¹ Em entrevista de 1997, Ricardo Piglia explicou sua relação com a crítica literária produzida por Borges: “Borges era un extraordinario lector, ésa es su marca, creo, y su influencia. Un lector miope, que lee de cerca, que pega el ojo a la página, hay una foto en donde se lo ve en esa postura: la mirada muy cerca del libro, una mirada absorta, que imagina lo que puede haber en esos remotos signos negros.” Entrevista realizada por Sergio Pastor Merlo para a revista *Variaciones Borges*. Ver em: PIGLIA, Ricardo. *Crítica y ficción*. Buenos Aires: Debolsillo, 2014, p. 143.

⁹² Piglia levanta duas questões sobre a leitura: a primeira questão é que “a leitura é uma arte da microscopia, da perspectiva e do espaço (não só os pintores se ocupam dessas coisas)”; a segunda, “a leitura é coisa óptica, de luz, uma dimensão da física” (PIGLIA, 2006:20).

⁹³ Cf. PIGLIA, Ricardo. *Crítica y ficción*. Buenos Aires: Debolsillo, 2014. Em entrevista, concedida em 1984, Piglia afirma: “Se vive para escribir, diría yo. La escritura es una de las experiencias más intensas que conozco. La más intensa, pienso a veces. Es una experiencia con la pasión y por lo tanto tiene la misma estructura de la vida. No son muy diferentes la vida y la literatura” (PIGLIA, 2006:18). Em um momento anterior, quando questionado se acreditava que a escrita da crítica literária é catártica: “El sujeto de la crítica suele estar enmascarado por el método (a veces el sujeto es el método) pero siempre está presente y reconstruir su historia y su lugar es el mejor modo de leer crítica” (PIGLIA, 2006:13). Entrevista realizada por Mónica López Ocón para a revista *Tiempo argentino*.

Na hipótese proposta nesta Dissertação, o escritor António Lobo Antunes, nas *Cartas da Guerra* (2005), se apresenta como uma espécie de “último leitor”, na definição de Piglia. O “último leitor”, aquele que vai à busca do sentido da própria vida nas páginas de um livro, é um leitor “isolado”, “cortado do real”, “disperso na fluidez e no rastreamento e que tem todos os volumes a sua disposição” (PIGLIA, 2006:26). Nas formulações do crítico argentino, o “último leitor” é um leitor obsessivo que lê “perdido numa rede de signos” (PIGLIA, 2006:27) e faz, do ato de decifrar a leitura, “a construção de um universo e um refúgio diante da hostilidade do mundo” (PIGLIA, 2006:29).

Parece claro que Ricardo Piglia se refere à hostilidade do mundo moderno, urbano, que leva o “último leitor” a *viver como se lê*, isto é, ao abrigo de um “refúgio” das experiências do contemporâneo. Ampliando esta percepção de Piglia para um contexto mais específico, que nos interessa no horizonte desta dissertação, poderíamos arriscar uma aproximação dessas premissas com a experiência de António Lobo Antunes, leitor voraz e correspondente assíduo, no âmbito da guerra colonial portuguesa em Angola. Podemos imaginar que a dedicação do jovem médico à escrita das cartas e à leitura de romances e de poesia durante a sua permanência em África tenha alguma relação com um desejo de abrigar-se da dura experiência cotidiana da guerra. Lobo Antunes também parece identificar no cotidiano de leitura e de correspondência com a sua companheira, gestos de refúgio e de evasão que permitem uma nova inscrição da sua experiência no real. Como escreve no dia 7 de Fevereiro de 1971,

começo a assentar e a serenar. Comecei, talvez por isso, a escrever um novo Dilúvio⁹⁴, em vez da outra história que repousa à espera de melhores dias, um romance cinzento e trágico, partindo da ideia de uma das 3 pequenas e más histórias com que aí ficaste. [...] O tempo, entretanto, continua a passar com a mesma lentidão, mas já vou conseguindo ler. Comecei os livros que me deste, e encontrei dentro de um deles uma dessas tuas mensagens que me costumava deixar nos sítios mais inesperados e que tanto me enternecem e ajudam (LOBO ANTUNES, 2005:44-45).

A correspondência parece ser uma estratégia de resistência à experiência imediata do isolamento – “que diabo: estou aqui sozinhíssimo” (LOBO ANTUNES, 2005:35) –, da permanência em terras estrangeiras e inóspitas. A

⁹⁴ Cf. LOBO ANTUNES, 2005:45. “Dilúvio era o título do livro que António Lobo Antunes escrevia no momento em que partiu para Angola”.

escrita das cartas, mas, principalmente, a leitura de romances e os rascunhos para uma provável nova ficção, são “uma maneira de fugir à minha própria morte, ou de a embrulhar em papel celofane” (LOBO ANTUNES, 2005:223). Este cenário e suas circunstâncias configuram um universo de signos dispersos que exigem leitura e releitura, e que, ao mesmo tempo, contrastam com as referências prévias acerca de Angola, das guerras de pacificação, da missão portuguesa no Ultramar.

Desde “Guerra e Paz”, de Liev Tolstói, a “Kaputt”, de Curzio Malaparte, passando por Franz Kafka, William Faulkner, Albert Camus, Le Clezio, Marcel Proust, Samuel Beckett, Jorge Luiz Borges, Julio Cortázar, Almada Negreiros e Ernest Hemingway, António Lobo Antunes registrará suas leituras cotidianamente nas cartas, como se fossem pequenas crônicas literárias. Os elogios ao escritor James Joyce, “o melhor do mundo” (LOBO ANTUNES, 2005:230), e as críticas vorazes farão dos seus escritos, também, um espaço de revelação do que Ricardo Piglia chamou de “leitura do escritor” (PIGLIA, 2015:65). Sobre a escrita como recolha de leituras realizadas, percebemos ao longo das cartas de Lobo Antunes constante referência aos livros lidos:

Acabei o Borges, estou acabando o Le Clezio, e leio o russo do Tio Jaca que me não agrada. Se a família me quiser mandar livros, escolhe-os tu [...] (LOBO ANTUNES, 2005:48).

O livro do Butor que me mandaste é uma espécie de John dos Passos, escrito segundo a técnica simultaneista, e deve ser uma das primeiras obras do tipo, ainda sem novidades de espécie alguma. O do Beckett tira frases inteiras do Molloy, e é bastante mais fraco (LOBO ANTUNES, 2005:139).

Não têm aparecido livros dos escritores sul-americanos por aí? São os únicos que me apetece ler. Só há romance agora na América do Sul. E não me apetece ler os franceses, tão tiranicamente cartesianos. Acho que a América do Sul tem agora o papel que cabia, dantes, ao Mediterrâneo, como ponto de convergência de culturas diversas. Entretanto, foi publicada em França uma biografia de Flaubert por Sartre, chamada “O Idiota da Família”, uma coisa em 4 volumes que gostaria de ler. Cortázar, Márquez, Fuentes Llosa, nada nessa piolheira, como lhe chamava o rei D. Carlos? (LOBO ANTUNES, 2005:236).

Veio o Almada e o Cortázar. O Almada é mau, mas tem de ler-se. Diferente, para pior do que eu calculava. Eu, se os tivesse escrito, não tinha a lata de publicar quase nenhum dos livros que já li. O Cortázar incluído. Apesar de tudo, e sem grande imodéstia, sou melhor que estes gajos todos. Mas gostava de ler o Paradiso e mais escritores sul-americanos, que correm paralelamente a mim. Isso é um facto (LOBO ANTUNES, 2005:272).

Essas pequenas resenhas críticas à literatura que tem contato durante a guerra indicam um leitor atento e preocupado com o próprio fazer literário. É importante ressaltar que a leitura está inteiramente atrelada a sua própria escrita ficcional, como percebemos na carta do dia 5 de Fevereiro de 1971: “Ontem ainda fiz quase uma página da fotonovela. Mas faltam-me tempo, sossego e estímulo. Talvez realmente o Cortázar me fizesse bem” (LOBO ANTUNES, 2005:41). Este ponto é fundamental para uma questão importante levantada pela professora Glaura Siqueira Cardoso Vale:

[...] o quanto a experiência da leitura diária nesse contexto [de guerra], sobretudo de autores que refletem sobre a guerra, pôde modificar a sua escrita deixando vestígios nesse leitor/combatente e conseqüentemente em seu trabalho. O autor parece ter criado um método particular de sobrevivência, de resistência à pressão do mundo e aos discursos que o regem, no qual, em meio às obrigações militares, lia sistematicamente os livros enviados pela mulher, ao mesmo tempo em que iniciava seu *projeto literário*, a sua dolorosa aprendizagem da agonia, como Maria Alzira Seixo pontua (VALE, 2014:152, grifo nosso).

Ao longo da leitura das cartas vamos tomando conhecimento do projeto literário que António Lobo Antunes desenvolve nos tempos livres que a guerra proporciona. Sobre o livro que escrevia na guerra, cujo título viria a ser “O Voo Nupcial de J. Carlos Gomes”⁹⁵, Lobo Antunes tece alguns comentários:

O que eu queria era criar uma atmosfera opressiva e irrespirável, como a daquele plano do Processo com a mulher coxa a arrastar uma mala na noite, e os altos edifícios raros em volta (LOBO ANTUNES, 2005:45).

Gostava que fosse uma coisa sarcasticamente trágica, um retrato natural da nossa amarga condição de portugueses, uma coisa barroca formigando de vida, e oxalá o consiga. Esta nossa mania de reconstruir todos os dias o país a partir de zero, romanticamente (LOBO ANTUNES, 2005:106).

Através da noção de “laboratório” pensada por Ricardo Piglia, como sendo uma escrita que se desenvolve dentro de uma visão de literatura como um espaço em permanente construção, sempre aberto a inter-relações entre a ficção, a história, a crítica literária e o ensaio, a escrita das cartas torna-se, na nossa leitura, um registro da experiência da própria escrita:

⁹⁵ Cf. LOBO ANTUNES, 2005:115.

A propósito da redacção cá continuo com a minha, a tentar combinar o lirismo e o sarcasmo em proporções explosivas, com medo de cair, de um lado, na anedota, e do outro no soneto à Almanaque Bertrand, caminhando num equilíbrio ferozmente policiado. Ficaré bom – espero (LOBO ANTUNES, 2005:121).

A paixão de Lobo Antunes pela literatura e pela leitura é o que instrui o seu modo de contar a guerra. Em carta datada de 13 de Abril de 1971, ele descreve as condições de um hospital civil em Gago Coutinho, primeira zona operacional em que o batalhão se estabelece, e a forma como “a multidão” presente demonstra laços afetivos “extremamente fortes” com os seus familiares feridos. O seu relato parece se descolar completamente da espontaneidade epistolar para adquirir uma tonalidade surrealista:

Os homens e os cães, que por aqui são abundantes e esqueléticos como os galgos da insólita corte espanhola de Velasquez, cheia de freiras, de deformados físicos e de sombras inquietantes de espectros. Costumo pensar muitas vezes nesse estranho filho de português e nos seus fantasmas e anões, nos fundos negros habitados por alarmantes olhos invisíveis, na luz dos círios Escorial. Até o seu Cristo tem algo da alma profundamente trágica da Espanha, das suas luas de navalhas e dos seus gritos, das suas oliveiras e dos seus painéis fuliginosos. Fazem-me pensar nos cadáveres enterrados nas igrejas, nas estátuas jacentes, nos corvos de pedra dos túmulos, na crueldade romântica da guerra de 36-39, no meu amigo Dom Miguel de Unamuno, no general Milan d’Astray e no seu berro viva la muerte, nos mouros que tomaram a Cidade Universitária de assalto e morriam andar por andar, na poetisa galega Rosalia de Castro e ‘ver o adolescente afogado’, no ‘vento que mux’, nos penhascos e nas pedras morenas de Compostela, que, desde os 8 anos, nunca mais esqueci, e no nosso pequeno e triste país de viúvas a descer para o mar, com os seus muros brancos, o seu sol, o seu labirinto de ruas e o seu silêncio (LOBO ANTUNES, 2005:126).

O evidente investimento formal de que se reveste a carta, nos permite afirmar que a sua escrita não se limita a ser um instrumento de comunicação familiar. Neste ponto, é preciso lembrar que, em nossa percepção, essas cartas são também o seu laboratório de escritor. Nelas, o futuro escritor experimenta imagens literárias e formas de enunciação que, ao mesmo tempo, mobilizam um vasto arquivo de referências culturais e artísticas. O trecho permite entrever o embrião do escritor que se tornará a partir de 1979. Parece comparecer, em germe,

um estilo⁹⁶ que parece ter-se enraizado no seu projeto literário. Lobo Antunes parece escrever as cartas para condensar, fixar experiências e paisagens e, ao mesmo tempo, para inscrever nos aerogramas um espaço de aprendizado do escritor.

Na carta do dia 26 de julho de 1971, escreve:

Dois meses e um dia: que eu me agarre a isto! Estão agora a descer a bandeira (são 5h da tarde), os clarins tocam, e todos os cães do Chiúme uivam a compasso: não sei o que há de irritante para eles no toque das cornetas, uma vez que logo ao primeiro som desatam numa uivaria imensa e dolorida, como se lhes estivessem a perfurar as orelhas com agulhas. São imagens como esta que levarei daqui: a bandeira a baixar, os clarins a tocarem, e um concerto uivante de cães a acompanhar a cerimônia (LOBO ANTUNES, 2005:252).

Se observarmos com atenção a produção literária empreendida por António Lobo Antunes a partir de 1979 – principalmente os dois primeiros romances: *Memória de elefante* e *Os Cus de Judas* –, será possível compreender que as cartas funcionaram como uma espécie de laboratório, que permitiu organizar e dar coerência às experiências desenvolvidas ao longo da guerra colonial, que articula os processos de leitura e de escrita do escritor, expondo-os a uma prova mais extrema.

Os relatos nelas inscritos por vezes parecem adquirir a forma de narrativas literárias, uma vez que não servem apenas para recordar a experiência, mas para tornar visíveis um conjunto de referências e de conexões literárias, os menores gestos vivenciados, os espaços frequentados e as angústias do próprio escritor.

Logo na segunda carta enviada à esposa, no dia 14 de Janeiro de 1971,⁹⁷ ainda a bordo do paquete Vera Cruz rumo a Luanda, ao comentar que “as saudades são já indescritíveis, e a solidão enorme”, Lobo Antunes propõe uma descrição do ambiente e das pessoas com quem tem sido obrigado a conviver na viagem. O investimento nas imagens narrativas e na potência de uma linguagem que irá amadurecer dali em diante em outros suportes:

Ao jantar e ao almoço, uma velha oxigenada, com duplo queixo e chinelos, toca piano com uma dificuldade míope, e ao lanche (chá e bolos), servido por uma

⁹⁶ MONTAURY, Alexandre. “A ficção de Lobo Antunes: uma leitura panorâmica”. In: MARGATO, I. & GOMES, R. C.. **Políticas da ficção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

⁹⁷ Oito dias depois da partida de António Lobo Antunes.

nuvem de criados, a orquestra “Vera Cruz”, qual deles com a melhor pinta de chulo lisboeta, magrinhos, brilhantizados, de olhar maroto, esfolam música de cabaré de putas. À noite há cinema no salão, do tipo dos filmes de Santa Margarida (Um quarto para dois, Garotas e recrutas, etc), e por vezes, no escuro, tenho a sensação horrível de que, se me levantar e sair, posso meter-me no carro a caminho de casa e de ti (LOBO ANTUNES, 2005:18).

Em outra carta do dia 29 de Janeiro de 1971, ao relatar a sensação que teve depois de voar nos aviões sucateados disponíveis em Gago Coutinho, ele escreve:

Por vezes tinha a sensação de que o estômago me fugia para os pés, outras vezes me subia até à boca, outras, ainda, que desaparecera para trás de mim, furando-me as costas como uma bala de fogo. Vamos a ver se sobrevivo a mais esta prova [...] (LOBO ANTUNES, 2005:32).

A partir do momento em que António compõe e relata literariamente suas experiências imediatas, parece entregar à sua leitora uma experiência: a responsabilidade de ler o cotidiano da guerra através dos olhos ou da narrativa, tal como ele a experimenta.

Em síntese, a leitura das 298 cartas permite afirmar que alguns procedimentos de escrita utilizados por António Lobo Antunes durante a guerra colonial permaneceram em sua obra ficcional como traços recorrentes: em primeiro lugar, a experiência imediata do cotidiano em Angola; em segundo lugar, a elaboração de textos dotados de nítida preocupação formal, relevando alguns germes de procedimentos narrativos que marcaram parte de sua ficção, quando a escrita parece ser o meio possível para narrar a experiência.

Dentro do contexto de exceção que é a guerra, o António que escreve as cartas seria, na concepção de Ricardo Piglia, uma *personificação narrativa* do António (o leitor real), ou seja, ao escrever sobre si e sobre sua experiência nas cartas, António se torna leitor de si mesmo e visível para a esposa, no momento em que passa a ser legível e presente nas cartas. Neste sentido é que se torna possível aproximar o António Lobo Antunes personificado nas cartas à figura do “último leitor” da guerra colonial.

Em sua leitura, Norberto Vale Cardoso⁹⁸ afirma que:

⁹⁸ CARDOSO, Norberto Vale. “Algodões e Agonias nas *Cartas da Guerra* de António Lobo Antunes”. *Diacrítica – Ciências da Literatura*, nº 21/3, Revista do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2007, pp. 1-21.

Essa mudança no *eu*, que vive outra vida, e que, por isso, é *outro*, é progressiva. A memória do *eu* será, pois, a imaginação (do latim, *memoria*) do *eu*, e não apenas uma retenção estanque do passado. A criação de uma voz consciente, mas forçada pelas circunstâncias que o levam à necessidade de auto-comunicação. Assim, o outro *eu* é a autoconsciencialização de uma perda irreversível, levando a uma preocupação central: “Ainda me vais reconhecer? Ainda te lembras de mim? (CG, 141)” (CARDOSO, 2007:8-9).

A presença de uma personificação narrativa nas cartas se evidencia ainda como “uma sobreposição de planos, fazendo coexistir num espaço único a entidade autoral e a personagem-fantasma que compartilha o mesmo nome do escritor” (FERNANDES, 2016:130-131).⁹⁹ Ao assumir a distância existente entre a personagem protagonista, narrador das cartas, para construir uma metáfora de si mesmo, Lobo Antunes se transforma na própria obra, deslocando-se para a enunciação e materializando-se como relato.

⁹⁹ FERNANDES, Evelyn Blaut. “António Lobo Antunes é uma personagem de ficção”. *RCL | Convergência Lusíada* n. 35, janeiro – junho de 2016, pp. 126-136.

Notas finais

Esta dissertação teve como objetivo central examinar as formas de enunciação com que o escritor português António Lobo Antunes revelou a singularidade de sua experiência na guerra colonial em Angola. No extenso volume de cartas enviadas à companheira durante a sua participação na guerra colonial em Angola como médico alferes miliciano, Lobo Antunes condensa não apenas a experiência subjetiva do cotidiano da guerra como também registra uma situação de exceção vivida como uma aprendizagem, um laboratório de formação e de transformação subjetivas, a partir do exercício diário de escrita. A disciplina rigorosa com que manteve as práticas de leitura e de escrita, durante a missão militar portuguesa em Angola, proporcionou ao escritor a possibilidade de conjugar relatos de acontecimentos e situações violentas, visibilizando paisagens e personagens que o discurso oficial português silenciou com o fim da guerra.

Reunidas, organizadas e editadas pelas filhas do autor, Maria José e Joana Lobo Antunes, no volume *D'este viver aqui neste papel descripto. Cartas da Guerra* (2005), as cartas são o *produto possível* de uma determinada condição histórica, a captura de um acontecimento real pelo relato escrito. Com isso, as cartas se tornam uma *visão possível* que transforma a experiência no cotidiano da guerra em um produto possível.

A escrita das cartas é um ato de leitura dos estertores do mundo colonial português. Como testemunhos dos momentos finais do colonialismo português em África, da falência de um sistema que já não se sustentava, elas articulam a imaginação e a experiência imediata, deixando um rastro de gestos e de cifras em *potência*. Esta potência integra o quadro lacunar da historiografia portuguesa relativa à guerra colonial, como podemos identificar na experiência condensada que António Lobo Antunes realiza através de Ernest Hemingway e Ernesto Che Guevara.

Ambas as figuras históricas participaram de guerras e escreveram ou tinham o desejo de escrever literatura.¹⁰⁰

A carta do dia 10 de Fevereiro de 1971¹⁰¹ é um ótimo exemplo disto: quando António descreve um ataque inesperado que a Comissão de Artilharia 3313 sofreu na noite do dia anterior, forçando todos a levantarem rápido com as armas em riste, e associa esta imagem a uma lembrança do que Che Guevara dissera anos atrás (“há qualquer coisa de realmente emocionante nisso”), condensa-se um modelo ético, de conduta, uma forma pura da experiência. Daí Lobo Antunes terminar a descrição de tal experiência evocando Hemingway, outra condensação: “talvez, [...], a experiência de guerra seja importante para um homem”. O trecho da carta:

Começo a compreender Che Guevara: há qualquer coisa de realmente emocionante nisto, palavra, e até o contacto frio e duro da espingarda é agradável. Não penses, contudo, que ando por aqui aos tiros armado em parvo. Talvez, realmente, como o Hemingway sustentava, a experiência de guerra seja importante para um homem (LOBO ANTUNES, 2005:48).

Tal como Hemingway em *Adeus às Armas* (1923), romance que se desenvolve em torno de uma história de amor – deslocando o discurso sobre a guerra para o segundo plano da narrativa – entre o tenente norte-americano Frederic Henry e a enfermeira inglesa Catherine Barkley, Lobo Antunes também constrói suas cartas – e, posteriormente, seus romances – pensando uma forma de narrar que seja capaz de captar o leitor, de fornecer uma escrita clara e objetiva.

Ao longo deste trabalho, apresentamos uma leitura da historiografia portuguesa sobre o século XX, sobretudo da historiografia dedicada a Guerra Colonial, procurando evidenciar, com José Gil, Roberto Vecchi, e Fernando Tavares Pimenta um vazio estruturante desta produção historiográfica. Com base na observação deste panorama de “vazio” historiográfico português, destacamos as diferenças entre a narrativa histórica e a narrativa memorialística das décadas de 1970 e 1980, tomando como ponto de partida a percepção de que essas formas

¹⁰⁰ Cf. PIGLIA, 2006:100.

¹⁰¹ LOBO ANTUNES, António. *D’Este viver aqui neste papel descripto*. Cartas da Guerra. Lisboa: Dom Quixote, 2005, p. 48.

narrativas, e as suas variações, acabaram ocupando o suposto espaço vazio deixado por uma historiografia lacunar.

Ao longo do trabalho, buscamos ler as *Cartas da Guerra* como documentos históricos que permitem interrogar diretamente parte do discurso oficial construído em torno da experiência colonial portuguesa em Angola. Ao articular no espaço epistolar impressões e registros sistematicamente apagados na coesa narrativa dos aparelhos de comunicação do Estado e descrever, assim, um quadro dissonante do oficial, Lobo Antunes expôs uma visão particular e única sobre a guerra colonial.

Finalmente, analisamos a prática de escrita das cartas como um dispositivo de construção (em forma de aprendizado) de um universo específico – o de uma guerra deflagrada em Angola, inscrita na experiência e na formação do jovem. Ao mesmo tempo, as cartas se materializam como uma zona de refúgio diante da violência do contexto em que está inserido. Como registros pessoais e instantâneos do contexto vivido pelo jovem, acompanhados por encenações narrativas e comentários analíticos do que ele vê e do que ele lê, as cartas não se limitaram, apenas, a registros, foram também o laboratório de uma escrita literária, possível também porque compartilhada com a sua companheira distante.

Em resumo, como um produto possível da guerra, as *Cartas da guerra* iluminam o presente e o passado da história de Portugal, fornecendo pistas acerca de um período histórico ainda bastante presente na vida portuguesa e pouco discutido.

Referências bibliográficas

AFONSO, Aniceto. “Aspectos da Guerra Colonial (1961-1974)”. **Blogue História Lusófona**, 2009.

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos. **Os Anos da Guerra Colonial (1961-1975)**. Quidnovi Editora, 2010.

ALEXANDRE, Valentim. “Traumas do Império. História, Memória e Identidade Nacional”. **Cadernos de Estudos Africanos**, 9/10, 2006.

ANTUNES, Maria José Lobo. **Regressos quase perfeitos. Memórias da Guerra em Angola**. Lisboa: Tinta-da-China, 2015.

ARAÚJO, António; SILVA, António Duarte. “O uso de napalm na Guerra Colonial: quatro documentos”. **Relações Internacionais**, nº 22, 2009, pp. 121-139.

ARISTÓTELES. “Poética”. In: _____; HORÁCIO; LONGINO. **A Poética clássica**. São Paulo: Cultrix, 2014.

ARNAUT, Ana Paula. “A ficção de António Lobo Antunes: o romance no fio da navalha”. Disponível em: <http://www.pequenamorte.net/a-ficcao-de-antonio-lobo-antunes-o-romance-no-fio-da-navalha-ana-paula-arnaut/#.VgF2Ld9Viko>.

AVILA, Arthur. “O passado despedaçado: o aspecto da fragmentação profissional na historiografia norte-americana (1980-1990)”. **História da Historiografia**, nº 4, 2010.

AZEVEDO, Viviana Clara Carvalho Freitas de. **Literatura Pós-colonial Portuguesa como Lugar de Memória da Colonização Portuguesa em África**. Doutoramento Literaturas e Culturas Românicas Ramo Literatura Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dezembro, 2013.

BORGES, Jorge Luís. **Esse ofício do verso**. São Paul: Cia. das Letras, 2001.

BORGES COELHO, João Paulo. “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas”. **Lusotopie**, 2003, pp. 175-193.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 183-191.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

_____. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMMAERT, Felipe. “L’oeil qui se souvient’: mémoire et création de fiction chez António Lobo Antunes et chez Claude Simon”. **Revue Silène**. Centre

de recherches en littérature et poétique comparées de Paris Ouest-Nanterre-La Défense, 2008.

CARDOSO, Norberto do Vale. “Algodões e Agonias nas *Cartas da Guerra* de António Lobo Antunes”. **Diacrítica – Ciências da Literatura**, nº 21/3, Revista do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, de 2007.

_____. **A Mão-de-Judas: Representações da Guerra Colonial em António Lobo Antunes**. Tese de Doutoramento em Ciências da Literatura (ramo de conhecimento em Literatura Portuguesa). Universidade do Minho, Setembro, 2009.

_____. **Autognose e (des)memória: Guerra Colonial e Identidade Nacional em Lobo Antunes, Assis Pacheco e Manuel Alegre**. Dissertação de Mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa. Universidade do Minho, Fevereiro, 2004.

_____. “Epístola de Judas aos Lusíadas: das Cartas aos romances de António Lobo Antunes”. **Revista Agulha**. Fortaleza/São Paulo, nov. dez. 2008. Disponível em: <http://www.revista.agulha.nom.br/ag66antunes.htm>.

CARVALHO, Rita. “Fotografia e ilustração na literatura colonial do Estado Novo”. In: VICENTE, F. L.. **O Império da Visão**. Fotografia no contexto colonial português (1860-1960). Lisboa: Edições 70, 2014, pp. 305-318.

CASTELO, Claudia. “Memórias coloniais: práticas políticas e culturais entre a Europa e a África”. **Cadernos de Estudos Africanos**, 9/10, pp. 9-21.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coleção Opúsculo. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CORREIA, Pedro Pezarat. **Descolonização de Angola**. A jóia da coroa do Império Português. Mem Martins: Inquérito, 1991.

COSTA, Cesário. **Morto por te ver**: cartas de um soldado à namorada (Angola, 1967-1969). Lisboa: Afrontamentos, 2007.

D'ANGELO, Biagio. “Traduzir o império com António Lobo Antunes”. In: MARGATO, Isabel; GOMES, Renato Cordeiro (Org.). **Literatura e revolução**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, Lda. 1989.

FERNANDES, Evelyn Blaut. “António Lobo Antunes é uma personagem de ficção”. **RCL - Convergência Lusíada**, nº. 35, janeiro – junho de 2016.

_____. “António Lobo Antunes, poeta”. **Miscelânea**, Assis, volº.8, jul./dez. 2010.

FONSECA, Ana Margarida. “Identidades Impuras - Uma Leitura Pós-Colonial de O Esplendor de Portugal”. In: **A Escrita e o Mundo em António Lobo Antunes**: Actas do Colóquio Internacional António Lobo Antunes. Ed. Eunice Cabral et. al. Lisboa: Dom Quixote, 2003, pp. 281-296.

FRANK, Robert. “La mémoire et l’histoire”. **Cahier de l’IHTP**, nº21: La bouche de la Vérité? La recherche historique et les sources orales; novembre, 1992. Disponível em: <http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php%3Farticle233.html>.

GIL, José. **Portugal, hoje: o medo de existir**. Lisboa: Relógio d’Água, 2005.

GUERRA, João Paulo. **Memórias das guerras coloniais**. Porto: Afrontamento, 2004.

HELDER, Herberto. “Estilo”. In: **Os passos em volta**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.

HEMINGWAY, Ernest. **Adeus às armas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. História Breve do século XX. 1914-1991, editora Presença, Lisboa, 1996.

_____ ; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JULIÁ, Santos. “Por la autonomia de la história”. **Claves de razón práctica**, nº 207, 2010.

LEAL, Lara. “O longo aprendizado da agonia. A epopeia lírica de Lobo Antunes”. **Revista Gândara**, Rio de Janeiro, n. 2, 2007.

LEITE, Ana Mafalda. “Literaturas Africanas e Pós-Colonialismo”. **Literaturas Africanas e Formulações Pós-coloniais**. Lisboa, Portugal: Edições Colibri, 2ª edição, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. **História nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LOBO ANTUNES, António. **As coisas da vida: 60 crônicas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

_____. **D’Este viver aqui neste papel descrito. Cartas da Guerra**. Lisboa: Printer Portuguesa, 2005.

_____. **Os Cus de Judas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

LOURENÇO, Eduardo. **O Canto do Signo, Existência e Literatura (1957-1993)**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

_____. **O labirinto da saudade (Psicanálise mítica do destino português)**. Brasil: Tinta-da-China, 2016.

MANGUEL, Alberto. **História natural da curiosidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. **No bosque do espelho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Os Livros e os Dias**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

_____. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. **Literatura e revolução**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

_____. **O intelectual e o espaço público**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

_____. **O papel do intelectual hoje**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

_____. **Políticas da ficção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MATHIAS, Marcello Duarte. “Autobiografias e diários”. **Colóquio/ Letras**, nº 143/144, 1997.

MAXWELL, Kenneth. **O Império derrotado: revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MELO, João de. **Guerra Colonial, Fotobiografia**. Lisboa: Círculo de Leitores/Publicações Dom Quixote, 1990.

_____. **Os anos da Guerra, 1961-1975: Os portugueses em África: Crónica, ficção e história**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1988.

MOMIGLIANO, Arnaldo. “A tradição herodoteana e tucidideana”. In: **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.

MONTAURY, Alexandre. “A ficção de Lobo Antunes: uma leitura panorâmica”. In: MARGATO, I. & GOMES, R. C.. **Políticas da ficção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

_____. “António Lobo Antunes: Ficção e Cotidiano”. **Gláuks**, vº. 10, n. 2, 2010.

_____. “Autoencenações: um escritor na mídia”. In: MARGATO, I. & GOMES, R. C.. **O intelectual e o espaço público**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

_____. “As sismografias de António Lobo Antunes”. **Revista do CESP** – vº. 33, n. 49, 2013.

_____. “Memórias do quotidiano: António Lobo Antunes e o estágio estético da cultura”. **Revista Estudos do Século XX**, nº 9, 2009.

_____. “O cotidiano pós-revolucionário na obra de António Lobo Antunes”. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (Org.). **Literatura e revolução**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. **Testemunho e ficção: os lugares da fala na obra de António Lobo Antunes**. Rio de Janeiro, 2005. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

_____. “Todos os afetos comuns”. **RCL - Convergência Lusíada**, n. 28, 2012.

MÚRIAS, Manuel Beça. **O Salazar nunca mais morre: Cartas de África em tempos de guerra e amor**. Lisboa: Planeta, 2009.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. La République, Paris, Gallimard, 1984.

PIGLIA, Ricardo. **Crítica y ficción**. Buenos Aires: Debolsillo, 2014.

_____. **Formas Breves**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

_____. “O escritor como leitor”. **Revista Serrote**. Rio de Janeiro: IMS, nº 21, novembro, 2015, pp. 65-77.

- _____. **O laboratório do escritor**. São Paulo: Iluminuras, 1994.
- _____. **O último leitor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. **Tres propuestas para el próximo milênio (y cinco dificultades)**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2001.
- _____. “Una propuesta para el próximo milênio”. **Cuadernos LIRICO**, 9/2013. Disponível em: <http://lirico.revues.org/1101>.
- PIMENTA, Fernando Tavares. “A ideologia do Estado Novo, a guerra colonial e a descolonização em África”. In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo. **Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra / Coimbra University Press, 2013.
- _____. “Perspectivas da Historiografia Colonial Portuguesa (Século XX)”. **Outros combates pela história**. Coimbra, 2010.
- PRESS-RELEASE do filme *Cartas da Guerra*.
- RAMOS, Afonso. “Angola 1961, o horror das imagens”. In: VICENTE, F. L.. **O império da visão: fotografia no contexto colonial (1860-1960)**. Lisboa: Edições 70, 2014.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.
- REIS, Erivelto da Silva. **A escrita epistolar e autobiográfica na obra D’Este viver aqui neste papel descripto: Cartas da Guerra, de António Lobo Antunes**. Dissertação de Mestrado em Literatura Portuguesa Contemporânea – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
- REIS, José Carlos. **História da consciência histórica ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- RIBEIRO, Gonçalves. **A vertigem da descolonização**. Da agonia do êxodo à cidadania plena. Lisboa: Inquérito, 2002.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. “Memórias coloniais imperfeitas”. **Jornal Público**, caderno Cultura, 20 de Janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/memorias-imperfeitas-1682657>.
- _____. **Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo**. Porto: Edições Afrontamento, 2004.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- RODRIGUES, Luís Nuno. “António Costa Pinto, O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975”. **Análise Social**, Vol. XXXVIII (Outono), n.º 168, 2003, pp. 874-877.
- ROSA, Celso Braga; MENESES, Maria Paula; MARTINS, Bruno Sena. “Memórias da Guerra Colonial: alianças secretas e mapas imaginados”. **VII Congresso Português de Sociologia da Sociedade, Crise e Reconfigurações**. Porto, 20 a 23 de Junho de 2013. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/estilhacos_do_imperio/alcora/media/documentos/AC TA_PAP0656_ed.pdf.

ROSAS, Fernando. “Sete teses sobre a geração dos anos de 1960 em Portugal e a questão da hegemonia. Contribuição testemunhal”. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. **O intelectual e o espaço público**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

_____. “Ser e não ser. Algumas notas sobre a Revolução Portuguesa de 1974/1975 no seu 40º aniversário”. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. **Políticas da ficção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SANCHES, Manuela Ribeiro. (Org.). **Malhas que os impérios tecem**. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011.

SANTOS, Fernanda Fátima da Fonseca. **Experiência colonial e pós-colonial na ordem ruínosa do mundo: uma leitura de *O Esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTOS, António de Almeida. **Quase Memórias**. Vol. 1: Do colonialismo e da descolonização. Vol. 2: Da descolonização de cada território em particular. Lisboa: Casa das Letras/Notícias, 2006.

SANTOS, Matildes Demétrio dos. **Ao sol carta é farol: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas**. São Paulo: Annablume, 1998.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo**. Una discusión. México: Siglo XXI Editores, 2006.

SCHAEFER, Ansgar. “Imagens de A Guerra. Interação entre os discursos visual e verbal na série de Joaquim Furtado”. **Práticas da História**, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past 1, n.º 1, 2015, pp. 33-60.

SEIXO, Maria Alzira. “Ficção”. **Colóquio/ Letras**, nº 78, 1984.

_____. **Os romances de António Lobo Antunes**. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 2002.

SOARES, Maria de Lourdes. “Até o fim do mundo D’Este viver aqui neste papel descripto de António Lobo Antunes”. **Revista SOLETRAS**, Ano VI, nº 12, São Paulo: UERJ, Julho/Dez., 2006.

TORGAL, Luís Reis. **Estados Novos, Estado Novo: Ensaios de História Política e Cultural**. Volume 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

_____. “O Estado Novo. Salazarismo, fascismo e Europa”. In: TENGARRINHA, José. **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

TORRES, Sílvia Manuela Marques. **Guerra Colonial na revista Notícia: a cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola**. Dissertação de Mestrado em Jornalismo. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Março, 2012.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. Lisboa: Editora Unipop, 2012.

VALE, Glaura Aparecida Siqueira Cardoso. **António Lobo Antunes: leitor**. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

_____. “A escrita como resistência em António Lobo Antunes”. **Em Tese** (Belo Horizonte, Online), vº: 20, pp. 147-167, 2014.

VECCHI, Roberto. “Das relíquias às ruínas. Fantasmas imperiais nas criptas literárias da Guerra Colonial”. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (orgs.). **Fantasmas e Fantasias Imperiais no imaginário português contemporâneo**. Porto: Campo das Letras, 2003.

_____. **Excepção Atlântica: pensar a literatura da Guerra Colonial**. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

_____. “Legados das memórias da Guerra Colonial: Algumas reflexões conceituais sobre a transmissão intergeracional do trauma”. **Abril**. Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF, Vol. 5, nº 11, Novembro de 2013.

_____. “Os fins do tempo do fim: descolonização, negação, pertença”. **Saggi/Ensayos/Essais/Essays**, nº.16 – 11/2016.

VERNANT, Pierre. “A Bela Morte e o Cadáver Ultrajado”. **Discurso**, n. 9, 1978.

VICENTE, Filipa Lowndes. **O Império da Visão**. Fotografia no contexto colonial português (1860-1960). Lisboa: Edições 70, 2014.

Documentos audiovisuais:

Cartas da Guerra. Direção: Ivo M. Pereira. Roteiro: Ivo M. Ferreira e Edgar Medina. **Fotografia**: João Ribeiro. **Som**: Ricardo Leal. **Direção de produção**: Joaquim Carvalho. **Co-produtores**: Georges Schoucair e Michel Merkt. **Produtores**: Luís Urbano, Sandro Aguilár. Elenco: Miguel Nunes, Margarida Vila-Nova, Ricardo Pereira, João Pedro Vaz e Simão Cayatte. Lisboa, Portugal. O Som e a Fúria, 2016. 160 min.

Non, ou a Vã Glória de Mandar. Direção: Manoel de Oliveira. Roteiro: Manoel de Oliveira e P. João Marques. Fotografia: Elso Roque. Som: Gita Cerveira. Direção de produção: Xavier Decraene, Alexandre Barradas e Graça de Almeida. Produtor: Paulo Branco. Elenco: Luís Miguel Cintra, Diogo Dória, Miguel Guilherme, Luís Lucas e Carlos Gomes. Portugal, Espanha e França. Madragoa Filmes (Portugal); Tornasol Films (Espanha), Gemini Films, SGGC Films (França), 1990. 110 min.

A Guerra. Série documental. Autoria: Joaquim Furtado. 42 episódios. Lisboa, Portugal. RTP, 2012.

Sites:

<<http://www.guerracolonial.org/home>>

<<http://www.publico.pt>>

<<http://fly.clul.ul.pt/index.php>>

<<http://www.macua1.org/guerrajf/aguerra.html>>

<<http://osomeafuria.com/films/3/70/>>

<<http://antonioloboantunesnaweb.blogspot.com.br>>

<<http://www.pequenamorte.net/a-ficcao-de-antonio-lobo-antunes-o-romance-no-fio-da-navalha-ana-paula-arnaut/#.VgF2Ld9Viko>>

<http://www.ces.uc.pt/estilhacos_do_imperio/alcora/media/documentos/ACTA_PAP0656_ed.pdf>

<<http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/memorias-imperfeitas-1682657>>

<<http://lirico.revues.org/1101>>

<<http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php%3Farticle233.html>>

<https://issuu.com/natc/docs/nreg_8457>

Anexo

As duas capas dos manuais de alfabetização do MPLA foram retiradas das páginas 70 e 71 do livro *D'Este viver aqui neste papel descripto. Cartas da Guerra* (2005). Na carta do dia 1 de Março de 1971, António Lobo Antunes enviou à esposa “os curiosos documentos” que havia apreendido. Para conferir todo o conteúdo do primeiro manual, “A vitória é certa”, acessar o site: https://issuu.com/natc/docs/nreg_8457.

